

Desafios e oportunidades na mensuração do impacto social



Design e diagramação

Departamento de Marketing e Comunicação
Management Solutions - Espanha

Fotografias

Arquivo fotográfico da Management Solutions
iStock

© Management Solutions 2022

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, distribuição, comunicação ao público, no todo ou em parte, gratuita ou paga, por qualquer meio ou processo, sem o prévio consentimento por escrito da Management Solutions.

O material contido nesta publicação é apenas para fins informativos. A Management Solutions não é responsável por qualquer uso que terceiros possam fazer desta informação. Este material não pode ser utilizado, exceto se autorizado pela Management Solutions.

Índice



Introdução 4



Resumo executivo 8



Contexto regulatório: características, tendência e aplicabilidade 12



Características do processo de mensuração e gestão do impacto 18



Exemplo prático de mensuração de impacto 28



Análise do grau de avanço das práticas padrão do mercado 36



Conclusões 40



Bibliografia 42



Glossário 44

Introdução

“Agora é o momento de garantir o bem-estar das pessoas, das economias, das sociedades e de nosso planeta. Isso é possível. Portanto, devemos fazer com que isso aconteça juntos”

– Antonio Guterres¹



Hoje, o mundo dos negócios está enfrentando um conjunto crescente de desafios de múltiplas fontes. Nas palavras de Klaus Schwab², "para os negócios, as pressões econômicas, tecnológicas e de reputação do contexto atual acarretam o risco de um colapso desordenado e ameaçam deixar para trás um grande número de trabalhadores e empresas".

Alguns desses desafios são o aquecimento global e a degradação ambiental, o uso ineficiente dos recursos naturais, as crescentes crises migratórias, as violações dos direitos humanos, conflitos de guerra, as crises alimentares em certas regiões, as crises de emprego ou a grave crise sanitária resultante da pandemia da COVID-19, que por sua vez exacerba esses desafios e coloca em risco o progresso alcançado no desenvolvimento e progresso social³.

Entre eles, os desafios sociais e ambientais têm uma ressonância particularmente ampla com a sociedade, com os stakeholders, reguladores e supervisores, o que está condicionando a estratégia das empresas. De acordo com o Pacto Global das Nações Unidas⁴:

"A sustentabilidade social consiste em identificar e gerenciar o impacto comercial, tanto positivo quanto negativo, sobre as pessoas. A qualidade das relações de uma empresa e o engajamento com seus stakeholders é fundamental. Direta ou indiretamente, as empresas têm impacto sobre o que acontece com funcionários, trabalhadores da cadeia de valor, clientes e comunidades locais, e é importante administrar os impactos de forma proativa."

A resposta a esses desafios requer uma "transformação sustentável" do tecido empresarial, a fim de garantir sua resiliência a longo prazo. Isto implica uma mudança de paradigma em todas as áreas: estratégia corporativa, ofertas de produtos e serviços, análise de risco, modelo operacional, relações com clientes e fornecedores, comunicação, etc. Em resumo, a evolução para um novo modelo de negócios em linha com os princípios de sustentabilidade, em particular os sociais e ambientais.

O setor empresarial já está engajado nesta transformação, em resposta às mudanças na demanda de clientes e investidores⁵ (Fig. 1). Exemplos incluem, entre outros, os seguintes:

- ▶ **Eficiência no tratamento de matérias-primas:** adaptações aos processos de transformação (fabricação, embalagem, acondicionamento, manutenção de equipamentos, etc.). Algumas iniciativas são a busca de eficiência no consumo de recursos naturais (uso de matérias-primas certificadas, uso de materiais reciclados ou recicláveis, etc.), e adaptações de produtos para torná-los mais sustentáveis (produtos que evitam obsolescência programada, produtos que podem ser reutilizados, renovados, remanufaturados ou reciclados, etc.).
- ▶ **Evolução dos processos de distribuição:** incorporação de princípios de cuidado com o meio ambiente e com as pessoas, como a promoção da economia local, a contratação de pessoas em risco de exclusão e a reestruturação das cadeias de abastecimento para melhorar os processos de transporte (reorganização e coordenação de rotas, agrupamentos mais eficientes, transformação das frotas, criação de hubs logísticos descentralizados, etc.).

¹ Antonio Guterres, Observações do Secretário-Geral aos Estados Membros sobre as prioridades da ONU para 2021.

² Fórum Econômico Mundial. Relatório de Risco Global (2021).

³ Pacto Global das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social.

⁴ Fórum Econômico Mundial (2021).

⁵ Cátedra de Impacto Social na Universidad Pontificia Comillas, Open Value Foundation, Repsol Foundation, Management Solutions (2021).

- ▶ **Desenvolvimento de tecnologia com princípios de sustentabilidade:** critérios de acessibilidade aprovados, desenvolvimentos tecnológicos inclusivos no uso e aplicação de tecnologias e sistemas, e inclusão de políticas sociais em projetos de desenvolvimento (políticas de conciliação, promoção da diversidade nas equipes, etc.).
- ▶ **Gestão de recursos humanos:** incorporação de critérios sociais e ambientais nas políticas de remuneração dos órgãos dirigentes das empresas, nomeação de funções independentes, implementação de políticas para a promoção dos direitos sociais, etc.

Esta transição para uma economia sustentável significou que os chamados "impactos ambientais, sociais e de governança das organizações"⁷ vêm se tornando fundamentais na gestão empresarial. Esta tendência tem despertado interesse em mensurar o valor que as empresas geram a partir de suas atividades, projetos e investimentos, buscando antecipar a captura de oportunidades e a mitigação dos riscos associados aos impactos de ESG⁸

Mas o que pode realmente ser considerado "impacto"? A definição e o escopo do que constitui impacto social e ambiental ainda não é muito concreto; o ecossistema ainda está em processo de desenvolvimento de uma linguagem comum. Algumas das definições propostas por organismos internacionais com um papel relevante no ecossistema incluem:

1. A Comissão Europeia e o Grupo de Especialistas em Empreendedorismo Social (GECES), em seu relatório "Métodos propostos para medir o impacto social", define o impacto social da seguinte forma: "O reflexo dos resultados sociais como medidas de longo e curto prazo, ajustadas para efeitos alcançados por outras partes (atribuição alternativa), para efeitos que inevitavelmente teriam ocorrido (peso morto), para consequências negativas (deslocamento) e para efeitos que se deterioram com o tempo (redução)"⁹.
2. De acordo com o Banco Mundial¹⁰, os impactos ambientais e sociais referem-se a quaisquer mudanças potenciais ou reais relacionadas a: (i) o ambiente físico, natural ou cultural, e (ii) impactos sobre a comunidade e os trabalhadores do entorno, como resultado da atividade do projeto em questão.
3. O Impact Management Project, uma iniciativa que, desde seu lançamento em 2016, reuniu mais de 2.000 profissionais do ecossistema de mensuração e gestão do impacto social, define o impacto social como: "Os efeitos positivos e negativos, primários e secundários a longo prazo produzidos por uma intervenção, direta ou indireta, intencional ou não"¹¹.

⁶Social Impact Chair at Universidad Pontificia Comillas, Open Value Foundation, Repsol Foundation, Management Solutions (2021).

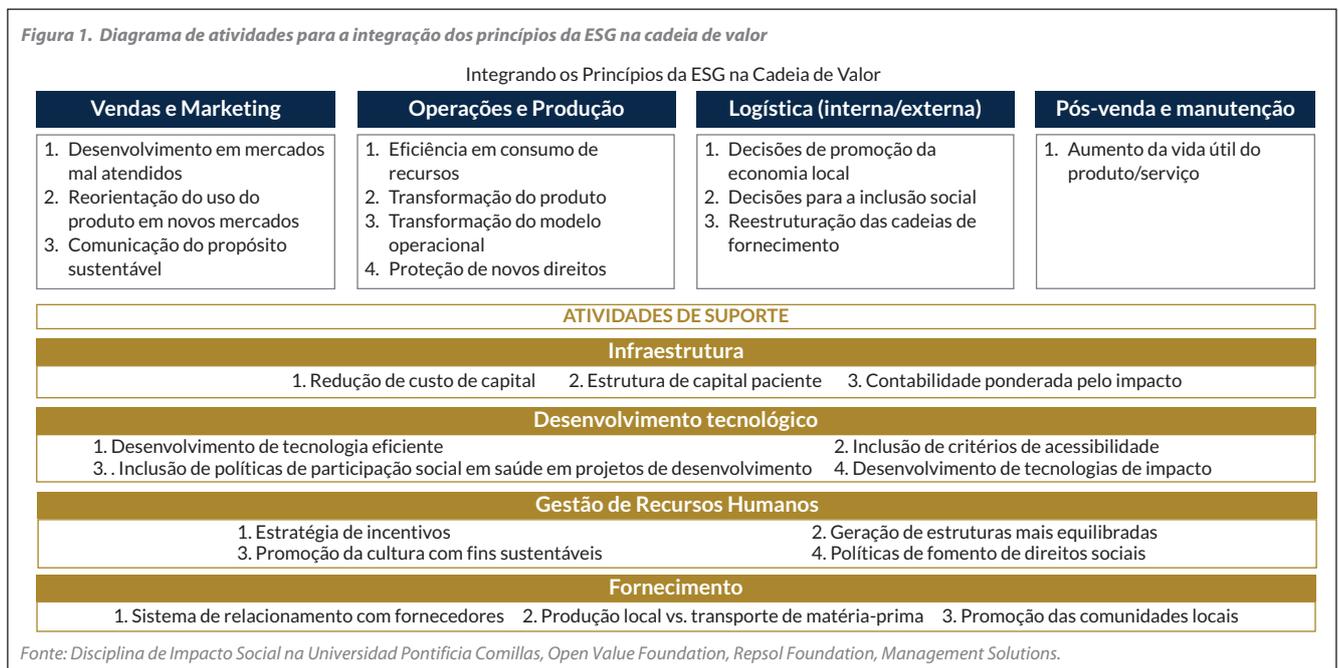
⁷Ao longo do relatório, o conceito de "impacto social e ambiental" será mencionado de forma recorrente e referido de forma intercambiável como "impacto social", "impacto ESG" ou "impacto", a fim de simplificar a leitura.

⁸ESG significa os três parâmetros indicadores mais difundidos no ecossistema de sustentabilidade corporativa; Ambiental, Social e Governança.

⁹Comissão Europeia (2015).

¹⁰Banco Mundial (2017).

¹¹Projeto de Gestão de Impacto (2021).



Como se pode ver, estas definições divergem até certo ponto e têm como fator comum apenas a geração de uma mudança no bem-estar humano.

Numa tentativa de superar a confusão decorrente da ausência de uma noção comum de impacto social, a Disciplina de Impacto Social na Universidad Pontificia Comillas, Open Value Foundation, Repsol Foundation, Management Solutions propôs recentemente uma definição que foi endossada por um grande número de especialistas na área :

"As mudanças experimentadas tanto pelas pessoas quanto pelo planeta como resultado de uma determinada atividade, programa ou política, que afetam as condições humanas a longo prazo. Essas mudanças podem ser mensuráveis, positivas ou negativas, intencionais ou não, tangíveis ou intangíveis".

Além de rever a definição de impacto social, surgem numerosas questões: Como são mensurados os impactos sociais, ambientais e de boa governança? Existem normas que delimitam a metodologia e possibilitam a elaboração de relatórios e exercícios de monitoramento para estratégias de sustentabilidade? Onde está atualmente a dificuldade de implementar esses exercícios de mensuração de impacto social e ambiental nas empresas? Qual é o estado atual de desenvolvimento dessas práticas no mundo dos negócios e qual é a tendência futura do mercado?

Este documento tentará responder a estas perguntas e está estruturado em três seções:

- ▶ **Contexto regulatório:** em primeiro lugar, será feita uma breve revisão da regulação, concentrando-se principalmente na Europa, e serão revistas as normas internacionais que estabelecem as primeiras diretrizes sobre a mensuração do impacto social e os exercícios de relatórios.
- ▶ **Características do processo de mensuração e gestão do impacto:** As características do processo de mensuração e gestão do impacto social na empresa, de acordo com diferentes abordagens, serão então apresentadas e ilustradas com um exemplo prático.
- ▶ **Práticas de benchmarking:** Por último, serão analisadas as boas práticas no mercado por várias empresas que já começaram a mensurar e gerenciar seu impacto social, e serão descritos os objetivos das mensurações, os processos implementados, as características dos exercícios de reporting e comunicação, etc.



Resumo executivo

“There’s a fundamental opportunity for business today to impact and address these social problems, and this opportunity is the largest business opportunity we see in business”

Michael Porter¹²



Esta seção visa sintetizar as principais conclusões alcançadas na mensuração e gestão do impacto social nos negócios, que serão desenvolvidas nas diferentes seções ao longo do documento:

1. Reguladores e supervisores de todo o mundo estão empreendendo um amplo desenvolvimento legislativo para promover a transição das instituições para uma economia mais sustentável, em grande parte como resultado do impacto internacional da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 e do Acordo de Paris feito na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em 2016.
2. Os dois principais objetivos deste desenvolvimento normativo são: (i) a integração dos critérios e riscos dos ESG na estratégia, governança, gestão, tomada de decisões e processos internos das empresas; e (ii) a promoção da divulgação da sustentabilidade em todos os setores econômicos, incluindo a transparência na gestão de riscos dos ESG e o impacto ambiental e social.
3. A União Europeia surgiu como o líder institucional internacional desta tendência. Alguns dos marcos alcançados a partir de seu desenvolvimento político foram: o lançamento do Plano de Finanças Sustentáveis em março de 2018, o Plano de Ação para Financiamento do Crescimento Sustentável (2018) e o lançamento dos fundos Next Generation para o período 2021-2027 que, juntamente com o orçamento de longo prazo da UE, tornou-se um instrumento temporário destinado a impulsionar a recuperação.
4. Entretanto, apesar deste importante desenvolvimento normativo, não há regulamentação que se refira estritamente à forma como as empresas devem proceder com os exercícios de mensuração e gestão das externalidades ambientais e sociais¹⁴, e as normas internacionais estão, por enquanto, cobrindo esta falta de regulamentação.
5. Apesar do importante papel que essas normas estão assumindo, alguns problemas ainda precisam ser abordados, tais como a falta de homogeneidade dos princípios e critérios para mensurar os impactos definidos e a necessidade de estabelecer parâmetros que permitam a coerência e a comparabilidade das informações relatadas. Tudo isso deve ser alcançado através do desenvolvimento de um exercício de colaboração envolvendo as diferentes instituições e órgãos envolvidos.
6. Recentemente, e além dos relatórios dos diferentes investimentos ou iniciativas filantrópicas realizadas pelos departamentos de Responsabilidade Social Corporativa ou fundações corporativas, as organizações começaram a investir recursos e dedicação para medir seu impacto social, com o objetivo de considerar estas informações como um input chave para a gestão e reorientação de seus modelos de negócios.
7. A crescente demanda por este tipo de informação por parte de investidores e clientes, bem como as oportunidades por trás de tais ações corporativas alavancadas em critérios de sustentabilidade (como a economia de custos com a mitigação de riscos do ESG ou a captura de valor de mercado de novas oportunidades de financiamento), são algumas das razões por trás desta mudança de tendência.
8. A Management Solutions desenvolveu uma abordagem que aborda esta questão de forma holística e responde às necessidades da empresa, considerando também suas limitações e visando os elementos que mais a preocupam.

¹²Michael Porter (Harvard Business School)

¹³Management Solutions (2020).

¹⁴Secondary impacts for society or the environment, whether positive or negative, generated as a result of the organization's activity and not reflected in the cost of producing goods or services, therefore not reflected in their market price.

9. Esta abordagem segue uma estrutura que consiste em três fases principais: screening, assessment e reporting.
10. O *screening* é a fase que visa construir um quadro de referência baseado na definição conceitual do impacto, a identificação dos eixos de análise para a classificação da lista de impactos e o desenvolvimento de narrativas de impacto, como descrições detalhadas de como o projeto ou atividade afeta positiva ou negativamente o eixo considerado.
11. O *assessment* é a fase que trata da avaliação e quantificação dos impactos através do desenvolvimento metodológico apropriado, a definição dos indicadores necessários, o exercício de atribuição de impacto e a identificação de fontes e captura de dados.
12. Por último, o *reporting* é a fase dedicada à agregação do valor econômico dos impactos previamente calculados e ao exercício de comunicação dessas informações, para a determinação dos objetivos e o monitoramento dos resultados.
13. A fim de ilustrar esta abordagem, este documento desenvolveu um exercício prático para quantificar o impacto econômico e social de um projeto no setor energético, aplicando cada uma das fases metodológicas a fim de divulgar o impacto social e ambiental total gerado.
14. O projeto em questão gera um impacto total monetizado avaliado em aproximadamente 54 milhões de euros no ano 1 do projeto. Este montante é determinado pelo impacto econômico (principalmente em termos de PIB: 39 milhões de euros), pelo impacto social (representado principalmente pela remuneração sustentável dos funcionários: 9 milhões de euros) e pelo impacto ambiental negativo (as emissões de CO2 tornam-se o maior item com um valor de -1 milhão de euros).
15. Além disso, e com o objetivo de analisar o grau de progresso dessas práticas no mercado, foi desenvolvido um exercício de benchmarking para identificar exemplos de boas práticas já efetivamente implementadas em algumas empresas nos setores financeiro, de telecomunicações, construção e farmacêutico, entre outros.
16. Esta análise foi estendida a mais de 60 empresas de diferentes geografias e setores com alto compromisso com a sustentabilidade, com base na avaliação de suas pontuações em alguns dos padrões de sustentabilidade mais reconhecidos, tais como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, o MSCI ou a Certificação B-Corporation, bem como sua adesão a associações ou iniciativas multissetoriais, tais como a Value Balancing Alliance ou o Impact Institute. Das empresas analisadas, menos de 20% estão atualmente divulgando os resultados de seus exercícios de mensuração do impacto social.
17. Mais especificamente, uma série de boas práticas foi identificada entre aqueles que já começaram a relatar seus resultados de quantificação, incluindo: o relato destas informações em documentos ou relatórios independentes (relatórios de impacto, Relatório de Valor Social, Integrated





Profit and Loss Statement, Impact Report, 4-dimensional P&L ou ESG Report, etc.); a inclusão dos resultados do impacto gerado pela empresa como um todo; a integração e vinculação destas análises com a estratégia das empresas com base na relação de seus valores e princípios com os objetivos de impacto; a organização destes impactos em três áreas (econômica, social e ambiental) proposta pelo Triple Bottom Line de J. Elkington; a utilização da análise do impacto das atividades da empresa sobre o meio ambiente; o uso da matriz de materialidade como um input para construir a estrutura de mensuração de impacto; e o uso de metodologias de mensuração de impacto reconhecidas no mercado e internacionalmente para desenvolver exercícios de quantificação de impacto (SROI¹⁵, True Price, Integrated Profit & Loss Assessment Methodology, etc.).

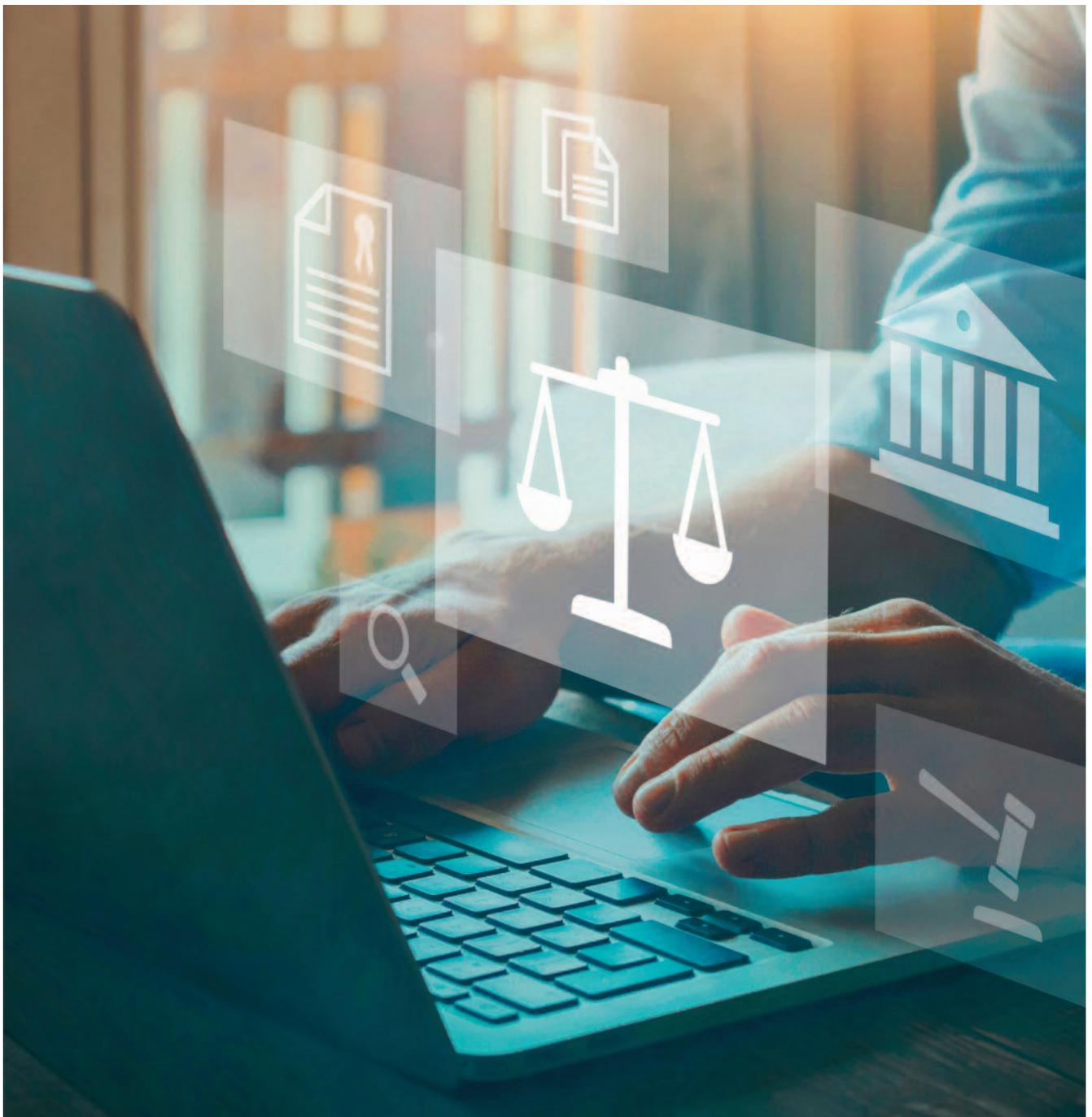
18. Finalmente, e devido a seu desenvolvimento incipiente, vale destacar a ampla margem de evolução que existe na implementação de práticas de gestão e mensuração do impacto social nas empresas, com base em práticas como a ampliação do escopo de mensuração, a melhoria dos cálculos, fontes e dados utilizados, e a padronização das práticas, com o objetivo de alcançar a integração efetiva do impacto na gestão.

¹⁵SROI: *Social Return On Investment* é uma metodologia utilizada para medir e quantificar o retorno monetário quantificando monetariamente o valor social de uma organização, projeto ou iniciativa.

Contexto regulatório: características, tendência e aplicabilidade

“É por isso que a implementação do pilar europeu dos direitos sociais é tão importante - para garantir empregos dignos, condições de trabalho mais justas, melhor assistência médica e melhor equilíbrio na vida das pessoas”

- Ursula von der Leyen¹⁶



Dada a importância associada aos desafios ambientais, econômicos e sociais, as instituições internacionais, reguladores e supervisores em todo o mundo começaram a promover o desenvolvimento de políticas neste sentido, estabelecendo diretrizes e facilitando a transição para uma economia mais sustentável.

Entre as iniciativas internacionais de maior impacto e alcance global, dois acordos-chave que estabelecem prioridades globais de sustentabilidade são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁷ e o Acordo de Paris¹⁸:

- ▶ A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, acordada em setembro de 2015 na Assembleia das Nações Unidas, envolveu a adoção pelos líderes mundiais de um conjunto de objetivos globais para erradicar a pobreza, proteger o planeta e promover a prosperidade para todos. A novidade desta estrutura é a natureza multidisciplinar com a qual ela foi concebida, tanto no uso de fontes como na gama de atores envolvidos. Isto levou a um profundo senso de adesão e sua implementação em toda a comunidade internacional, desde os atores da esfera pública (organizações multilaterais, instituições e estados) até aqueles da esfera privada (empresas, terceiro e quarto setores, fundações, sociedade civil, etc.).
- ▶ Por outro lado, a assinatura do Acordo de Paris na Convenção-Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática em 2016 reconheceu o desafio da mudança climática e a necessidade de avançar em direção a uma economia neutra em CO₂ como uma prioridade global. Os signatários do acordo se comprometem a "manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e a prosseguir os esforços para limitar este aumento de temperatura a 1,5°C".

Até hoje, o risco ambiental, e em particular a mitigação e adaptação à mudança climática, tem estado na vanguarda dos desenvolvimentos políticos devido à percepção da urgência e magnitude do desafio colocado pela mudança climática. Para tanto, houve uma proliferação de compromissos e leis-marco nacionais sobre mudança climática¹⁹, assim como o estabelecimento de preços de carbono e mercados de emissões de gases de efeito estufa²⁰.

Entretanto, também se observa que a regulamentação tende a abordar a sustentabilidade de uma perspectiva holística, considerando os pilares ambiental, social e ESG, promovendo impactos positivos e mitigando e gerenciando os impactos negativos.

Em última análise, o principal objetivo perseguido é a integração gradual desses fatores na tomada de decisões econômicas e comerciais em todos os níveis. Para este fim, o regulamento se concentra nos seguintes aspectos:

- ▶ A integração dos critérios e riscos do ESG na estratégia, governança, gestão e tomada de decisões e processos internos das empresas, tanto em sua situação atual quanto em seus objetivos e planos futuros²¹.

¹⁶Ursula Von der Leyen (2021). Presidente da Comissão Europeia no discurso do Estado da União de 2021.

¹⁷Nações Unidas (2015).

¹⁸Acordo de Paris (2015).

¹⁹Exemplos relevantes desta tendência, entre muitos outros, são a Lei Climática Europeia, o Projeto de Lei do Congresso dos Deputados espanhol, aprovado no Congresso em 8 de abril de 2021, e a Lei Climática Europeia Projeto de Lei do Congresso Espanhol dos Deputados, aprovada no Congresso em 8 de abril de 2021 ; o Projeto de Lei-Quadro da Mudança Climática do Chile em 2019); a Lei de Emenda à Mudança Climática (Carbono Zero) do Governo da Nova Zelândia de 2019; ou o Projeto de Lei francês (2021). A primeira lei climática adotada no mundo foi a do Reino Unido em 2008).

²⁰Carbon Pricing Leadership Coalition (2021).

²¹Exemplos relevantes desta tendência são o Guia do BCE sobre Riscos Climáticos (2020) (ou Guia Geral de Implementação para a América Latina da Asobancaria).

- ▶ Promover a divulgação da sustentabilidade em todos os setores econômicos, incluindo a transparência na gestão de riscos e impactos ambientais e sociais dos ESG²². A divulgação de informações é, na maioria dos casos, o primeiro pilar da regulamentação a ser desenvolvido, pois decisões informadas não podem ser tomadas sobre o que não é conhecido e medido de antemão²³. Para facilitar isso, estão surgindo taxonomias de atividades sustentáveis²⁴, desenvolvidas tanto por reguladores como por organizações independentes, que visam estabelecer métodos e classificações oficiais, bem como promover uma compreensão homogênea das atividades que são verdadeiramente sustentáveis e assim combater os chamados greewashing ou socialwashing²⁵.

A regulamentação está sendo particularmente intensa no setor financeiro, a fim de incentivar a canalização dos fluxos de capital para impulsionar a transição para uma economia sustentável e de baixo carbono. Os riscos do ESG, e em particular a mudança climática, são vistos como potencialmente relevantes para a estabilidade do sistema financeiro. Em particular, vale a pena observar como a União Europeia (UE) assumiu um papel de liderança internacional em termos de desenvolvimento de regulamentação de sustentabilidade tanto no setor financeiro como não financeiro (Fig. 2), reconhecendo o setor corporativo como um participante-chave neste processo de transformação.

Em novembro de 2016, através da Comissão Europeia²⁶, a UE expressou seu firme compromisso de ser, juntamente com seus países membros, uma das pioneiras na implementação da Agenda 2030, prestando especial atenção ao impacto da mudança climática na economia e na promoção de finanças sustentáveis:

- ▶ Este compromisso foi concretizado pela primeira vez através do Plano de Financiamento Sustentável em março de 2018²⁷, um ambicioso pacote de medidas para a transição da economia para um modelo mais sustentável e neutro em carbono, incluindo a promulgação da Lei Climática Europeia²⁸.

²²A Diretiva Europeia para Relatórios Não Financeiros (NFRD), aplicável a partir de 2018, e a proposta para sua revisão e extensão, a Diretiva para Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) em 2021, aplicável a partir de 2018, e a proposta para sua revisão e extensão, a Diretiva de Relatório de Sustentabilidade Empresarial (CSRD) em 2021. Outros exemplos são o Relatório sobre Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável do Chile em 2019 ou a proposta do Reino Unido em 2020.

²³Para mais detalhes, veja o que há de novo na proposta da nova diretiva da UE sobre a divulgação de informações não financeiras (CSRD).

²⁴Dentre as taxonomias ambientais desenvolvidas, destaca-se a taxonomia europeia em 2020. Há também outros exemplos, como a taxonomia chinesa em 2020. Como exemplo de iniciativas independentes, há a iniciativa mexicana publicada em 2020. Também é digno de nota o trabalho que está sendo realizado pela Plataforma de Finanças Sustentáveis da UE sobre taxonomia social, cujo resultado foi capturado pelo primeiro relatório publicado em fevereiro de 2022.

²⁵A apresentação de informações enganosas sobre a sustentabilidade (ambiental ou social) das atividades e produtos de uma empresa ou organização, geralmente retratando como sustentável o que não pode ser definido como tal sob critérios oficiais ou científicos.

²⁶A própria Comissão Europeia definiu sua abordagem estratégica para a implementação da Agenda 2030, destacando uma série de ações-chave para a implementação:

- Incluir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas políticas e iniciativas da UE em todos os níveis, tendo o desenvolvimento sustentável como um princípio orientador essencial para todas as políticas da Comissão Europeia.
- Fornecer relatórios regulares sobre o progresso da UE a partir de 2017.
- Empurrar para a implementação da Agenda 2030 junto com os governos da UE, o Parlamento Europeu, outras instituições europeias, organizações internacionais, organizações da sociedade civil, cidadãos e outros stakeholders.
- Lançar uma plataforma multilateral de alto nível para apoiar o intercâmbio de melhores práticas de implementação entre setores em nível nacional e europeu, e definir uma visão de longo prazo.

²⁷Comissão Europeia (2018).

²⁸Comissão Europeia (2021).



- ▶ Em seguida, a Comissão Europeia²⁹ lançou o Plano de Ação para o Financiamento do Crescimento Sustentável em 2018, levando a uma verdadeira onda de exigências regulatórias na região³⁰.

Por outro lado, deve ser feita uma menção especial ao lançamento dos fundos Next Generation para o período 2021-2027 que, juntamente com o orçamento de longo prazo da UE, se tornaram um instrumento temporário projetado para impulsionar a recuperação da crise da COVID-19, e se tornaram o maior pacote de estímulo já financiado na Europa. Um total³¹ de 2,018 trilhões para ajudar a reconstruir uma Europa mais verde e social e territorialmente mais coesa.

Entre as muitas publicações resultantes do Plano de Ação Europeu³², destaca-se a Taxonomia³³, um guia oficial e detalhado sobre quais atividades podem ser qualificadas como sustentáveis. Até hoje, foi publicada a Taxonomia Ambiental, que estabelece seis objetivos³⁴ e os principais aspectos climáticos e ambientais. Para os dois primeiros objetivos da Taxonomia (mitigação e adaptação à mudança climática), detalhes das atividades que contribuem substancialmente para esses dois objetivos, juntamente com os critérios técnicos para cada um, foram publicados em abril de 2021. Além disso, em julho de 2021, o Parlamento e o Conselho da União Europeia também publicaram exigências e datas de divulgação tanto para empresas financeiras quanto não financeiras. Além disso, espera-se para breve a publicação de um relatório da Comissão Europeia sobre a possível extensão do Regulamento Europeu de Taxonomia para tratar de questões sociais, neutras e marrons.

Entretanto, esta transição para uma economia verde acarretará desequilíbrios e uma distribuição desigual dos custos resultantes e, portanto, é essencial garantir que a cobertura

correta seja fornecida a partir de uma perspectiva social, tentando evitar que qualquer grupo seja deixado para trás. Para tanto, o Grupo Técnico de Especialistas em Finanças Sustentáveis nomeado pela Comissão Europeia já publicou em julho de 2021 um rascunho inicial da taxonomia social, que será revisto a fim de lançar uma versão final do relatório inicialmente esperado até o final de 2021³⁵.

Pode-se observar que, apesar do atual desenvolvimento legislativo rápido e prolixo em torno da sustentabilidade, não há nenhuma regulamentação que se refira estritamente à forma como as empresas devem proceder com os exercícios de mensuração e gestão de externalidades (impactos sociais e ambientais além do escopo da mudança climática). Poder-se-ia dizer que, neste caso, as normas internacionais cobrem esta falta de regulamentação e os elementos a serem considerados:

²⁹Comissão Europeia (2020).

³⁰Os três principais objetivos do Plano de Ação para o Financiamento do Crescimento Sustentável são:

- Redirecionar os fluxos de capital para investimentos sustentáveis a fim de garantir um crescimento sustentável e inclusivo.
- Gerenciamento de riscos financeiros relacionados à mudança climática, degradação ambiental e questões sociais.
- A promoção da transparência nas áreas de ESG e a sustentabilidade a longo prazo da atividade financeira e econômica.

³¹Neste documento, os valores monetários são expressos utilizando a longa escala, na qual um trilhão equivale a um milhão.

³²Para obter mais detalhes, consulte a seção 2 sobre "Mapa regulatório da UE".

³³Comissão Europeia (2020).

³⁴(1) mitigação da mudança climática, (2) adaptação às mudanças climáticas, (3) uso sustentável e proteção da água e dos recursos marinhos, (4) transição para uma economia circular, prevenção e reciclagem de resíduos, (5) prevenção e controle da poluição, (6) proteção de ecossistemas saudáveis.

³⁵Plataforma sobre Finanças Sustentáveis (2022).



- ▶ Falta de homogeneidade: até agora, houve vários padrões que, trabalhando independentemente, desenvolveram diferentes frameworks de referência para mensuração e reporting dos impactos através da definição de métricas e critérios. Esta multiplicidade de padrões gerou alguma confusão entre empresas e investidores.
- ▶ Necessidade de consistência e comparabilidade: como afirma a própria Fundação IFRS³⁶, com base nos comentários de diferentes stakeholders, tanto os demandantes de informação (reguladores, bancos centrais, auditores, etc.) quanto os provedores de informação (organizações, empresas, bancos, fundações, etc.), apesar das diferenças de escopo e motivação, exigem uma necessidade urgente de melhorar a consistência e a comparabilidade nos relatórios de sustentabilidade:
 - Em primeiro lugar, os investidores sofrem com a falta de dados comparáveis e confiáveis, não respondendo às crescentes expectativas de seus respectivos clientes e beneficiários, ao mesmo tempo em que têm que lidar com dados e análises insuficientes sobre ativos sustentáveis que podem ser investidos.
 - Por outro lado, os profissionais das empresas também se referem às dificuldades que existem em torno de solicitações especializadas de dados de sustentabilidade, pois há falta de consistência e singularidade nas exigências de informação³⁷.
- ▶ Trabalho colaborativo: embora ainda não exista um padrão de referência único para a mensuração e divulgação dos impactos sociais e ambientais, nos últimos anos a colaboração entre as instituições que os promovem tem

sido incentivada a fim de promover a homogeneidade e o desenvolvimento de padrões únicos e internacionalmente reconhecidos: standards:

- Até setembro de 2020, as organizações líderes em relatórios integrados e informações sobre sustentabilidade (CDP³⁸, CDSB³⁹, GRI⁴⁰, IIRC⁴¹ y SASB⁴²) publicaram uma declaração confirmando sua intenção de cooperar⁴³ a fim de desenvolver um sistema de relatórios corporativos no campo da sustentabilidade, procurando aliviar a confusão existente.
- A Value Reporting Foundation surgiu como resultado da fusão entre a SASB e o IIRC, devido à natureza complementar das práticas de relatórios promovidas por ambos.
- O GRI, o Social Value International e a União Europeia sugeriram e estão promovendo o desenvolvimento de um sistema contábil único capaz de integrar impactos sociais (visão de dupla materialidade⁴⁴).
- O IFRS, que, juntamente com o IASB, desenvolve normas internacionais de informação financeira, criou um Conselho de Sustentabilidade paralelo e está lançando consultas com o objetivo de desenvolver duas estruturas contábeis formais em paralelo.

Atualmente, este conjunto de normas e padrões não oferece clareza suficiente para que as empresas possam medir os impactos sociais e ambientais gerados por eles. Portanto, para auxiliar nestes desenvolvimentos, a próxima seção apresenta uma introdução metodológica ao exercício de mensuração de impacto.



³⁶Documento consultivo de dezembro de 2020.

³⁷Por estas razões, e como o próprio CEO do Conselho de Padrões de Contabilidade de Sustentabilidade (SASB) afirma, "ambos os grupos se beneficiariam da divulgação padronizada do subconjunto de questões de sustentabilidade mais relevantes para o desempenho financeiro de longo prazo de um determinado setor" (Janine Guillot, 2020).

³⁸Projeto de Divulgação de Carbono

³⁹Conselho de Normas de Divulgação Climática

⁴⁰Iniciativa Global de Relatórios

⁴¹Relatórios integrados

⁴²Conselho de Normas de Responsabilização de Sustentabilidade

⁴³Relatórios integrados

⁴⁴Uma perspectiva que advoga a consideração e integração de externalidades (impactos sociais e ambientais) que afetam tanto os investidores quanto o resto da sociedade/planeta em termos gerais e que não se refletem na contabilidade financeira.

Principais normas de reporting não financeiro

Agência	Objetivo	Descrição	Iniciativas de integração/cooperação
Global Reporting Initiative (GRI)	<ul style="list-style-type: none"> A Global Reporting Initiative é uma organização internacional independente e pioneira, fundada em 1999 para desenvolver padrões de reporting de sustentabilidade para empresas. Estas normas, chamadas Normas GRI, são atualmente as mais utilizadas internacionalmente e estabelecem uma estrutura e linguagem comum para relatórios de impacto de sustentabilidade e relatórios não financeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> A GRI considera o princípio da dupla materialidade, pois considera relevantes aqueles impactos sobre as pessoas e sobre o planeta, além de sua relevância para o impacto financeiro sobre as empresas. Os padrões são estruturados nos domínios econômico, social e ambiental, com uma série de padrões fundacionais e transversais que incluem considerações sobre governança corporativa. Cerca de 80% das 100 maiores empresas de 41 países utilizam atualmente as diretrizes da GRI para seus relatórios não financeiros e de sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> A GRI colabora com a B Lab, uma organização que desenvolveu a ferramenta B Impact Assessment (BIA) para mensurar e gerenciar o impacto das empresas em seus stakeholders A GRI e o SASB anunciaram em 2020 um plano de trabalho colaborativo que visa estudar o uso de ambos os padrões, as semelhanças e diferenças nas informações geradas por cada um, assim como as áreas potenciais para colaboração futura .
Sustainability Accounting Standards Board (SASB)	<ul style="list-style-type: none"> O SASB é uma organização independente, sem fins lucrativos, que desenvolve e mantém padrões de divulgação que permitem às empresas em todo o mundo identificar, gerenciar e comunicar informações de sustentabilidade financeiramente relevantes. Seu objetivo é estabelecer padrões que, em última instância, melhorem as informações disponíveis para os tomadores de decisão. 	<ul style="list-style-type: none"> As normas da SASB consideram o princípio da materialidade simples e são concebidas para captar e satisfazer principalmente as necessidades e preocupações financeiras dos investidores (SASB, 2020) . A SASB desenvolveu normas específicas para 77 indústrias (identificadas no Sustainable Industry Classification System). Cada padrão é composto de tópicos específicos da indústria a serem divulgados e aplicáveis globalmente, e parâmetros contábeis. As métricas da SASB capturam aspectos operacionais essenciais que impulsionam a criação de valor a longo prazo através de vínculos claros com a estratégia comercial e o desempenho financeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> Em novembro de 2020, a SASB e o IIRC anunciaram sua intenção de fundir-se em uma única organização, a Value Reporting Foundation , devido à sua complementaridade, e a fim de simplificar e tornar o atual ecossistema de reporting de sustentabilidade mais claro e mais homogêneo.
International Integrated Reporting Council (IIRC)	<ul style="list-style-type: none"> O International Integrated Reporting Council (IIRC) é uma coalizão global de reguladores, investidores, empresas, desenvolvedores de padrões, contadores, acadêmicos e ONGs. Desenvolveu o Integrated Reporting Framework, um framework para informar tanto os aspectos financeiros quanto não financeiros de uma instituição 	<ul style="list-style-type: none"> As áreas a serem relatadas são classificadas em 6 formas de capital: financeiro, industrial, humano, intelectual, social e natural. Ele não estabelece métricas específicas ou prescreve uma série de KPIs; é um padrão baseado em princípios. Ela se baseia em uma visão simples da materialidade na qual as informações consideradas são as que geram valor principalmente para os stakeholders da empresa. Um relatório integrado de acordo com o IRF deve incluir o modelo de negócios, contexto e estratégia da organização; o modelo de governança para criação de valor a curto, médio e longo prazo; os riscos e oportunidades que afetam a capacidade da organização de criar valor, e sua gestão; o escopo dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos; a definição da materialidade de cada área e métodos de quantificação e avaliação. 	
IFRS Foundation	<ul style="list-style-type: none"> A Fundação IFRS é uma organização sem fins lucrativos estabelecida para desenvolver normas contábeis globalmente aceitas - as Normas IFRS - e para promover e facilitar sua adoção. Suas normas são criadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que estabelece as Normas Contábeis IFRS para a preparação de demonstrações financeiras. Em novembro de 2021, a Fundação IFRS anunciou a criação do International Sustainability Standards Board (ISSB) que estabelecerá a estrutura para os IFRS Sustainability Disclosure Standards. 	<ul style="list-style-type: none"> A intenção é que a ISSB forneça uma base global abrangente, transparente e comparável para padrões de divulgação relacionados à sustentabilidade que forneçam aos investidores e outros participantes do mercado de capitais informações sobre os riscos e oportunidades de sustentabilidade das empresas para ajudá-los a tomar decisões informadas. 	

Características do processo de mensuração e gestão do impacto

“Nossa ambição é criar demonstrações contábeis que capturem de forma transparente os impactos externos de forma a impulsionar a tomada de decisões por parte dos investidores e dos gerentes.”

– George Serafeim⁴⁵



Em contraste com os modelos tradicionais de relatórios focados na captura e apresentação do valor financeiro gerado pelas empresas (visão do acionista), há uma tendência para integrar os impactos positivos e negativos gerados por suas atividades no reporting.

Guiados por esta tendência, e como mencionado na seção anterior, os organismos contábeis estão revisando seus princípios e normas para incorporar a variável sustentabilidade, com o objetivo de informar de forma coerente e padronizada a todo os stakeholders sobre o valor das externalidades geradas pela atividade da empresa (Teoria dos Stakeholders⁴⁵). Na medida em que estas normas ainda estão em desenvolvimento, este exercício de mensuração ainda é uma prática incipiente entre as grandes organizações, embora seu desenvolvimento e integração nos processos internos esteja levando a uma grande transformação.

O objetivo desta seção é descrever as características do processo em si, começando com uma análise do porquê e para quê, e depois destacando todos os elementos-chave de sua implementação.

Razões e utilidade

As empresas sempre tiveram a tendência de divulgar os vários investimentos ou iniciativas filantrópicas feitas através de seus departamentos de Responsabilidade Social Corporativa ou fundações corporativas. Entretanto, só nos últimos anos é que as organizações começaram a investir recursos e dedicação para medir seu impacto extrafinanceiro, com o objetivo de considerar essas informações como um input fundamental para a gestão e reorientação de seus modelos de negócios.

As razões por trás desta mudança de tendência por parte das organizações empresariais são essencialmente as seguintes:

- ▶ A demanda por informações de investidores e clientes sobre sustentabilidade e o impacto que as organizações geram, além de exigir estratégias comerciais e processos de produção mais respeitosos às pessoas e ao meio ambiente:

- Alguns dos principais fundos de investimento do mundo (por exemplo, BlackRock⁴⁷) já anunciaram suas políticas de investimento e colocam a sustentabilidade no centro de suas decisões, identificando o risco climático como um risco de investimento, além de promover as iniciativas de boa governança das organizações nas quais investem.

- E são lançadas iniciativas público-privadas para promover o desenvolvimento de cidades com formas mais sustentáveis de consumo, transporte, educação e serviços da sociedade civil (por exemplo, Madrid Futura⁴⁸).

- ▶ Oportunidades em ações empresariais com critérios de sustentabilidade:

- Economia de custos como resultado da mitigação do risco ESG.

- Capturar o valor de mercado de novas oportunidades de financiamento (títulos verdes e sociais, melhores condições de financiamento como resultado de ratings ESG, etc.).

- Concessões públicas ponderadas por critérios de sustentabilidade (por exemplo, Fundos Next Generation no ecossistema da UE).

- Desenvolvimentos em inovação que nos permitem antecipar as mudanças na demanda e preocupações dos clientes sobre sustentabilidade, aumentando a participação de mercado e o número de clientes.

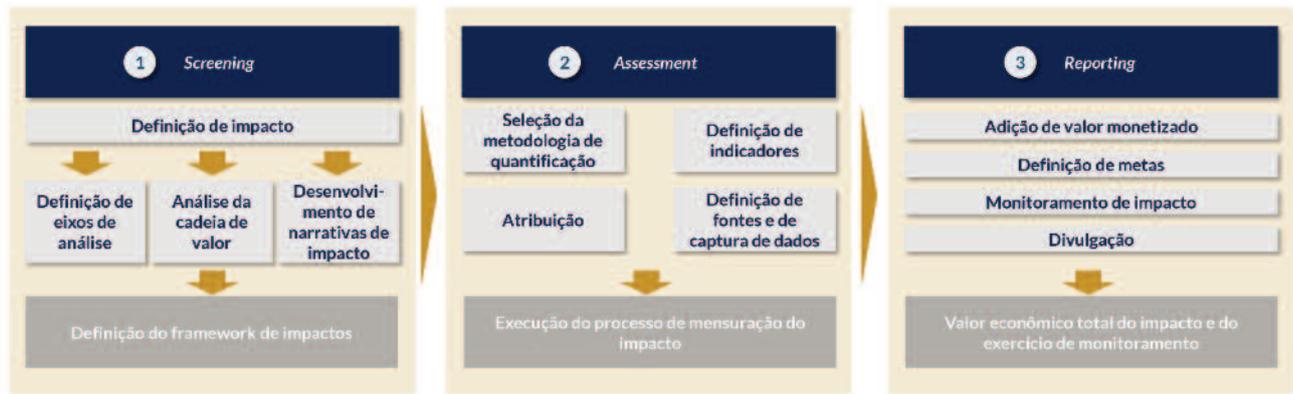
⁴⁵George Serafeim é Professor de Administração de Empresas na Universidade de Harvard e um dos pioneiros da Impact Weighted Account Initiative.

⁴⁶O Manifesto do Fórum Econômico Mundial 2020 (Davos) apoiou especificamente este modelo, convidando as empresas a desenvolver estratégias destinadas a gerar valor para todos os stakeholders..

⁴⁷BlackRock (2020).

⁴⁸Madrid Future (2022).

Figura 3: Fluxo do processo metodológico de mensuração de impacto



Fonte: Elaboração própria

Apesar desses benefícios óbvios, muitas empresas não estão sendo capazes de incorporar a sustentabilidade em sua estratégia, até porque não possuem um mecanismo eficaz para avaliar os impactos dos ESG em seus projetos ou investimentos.

Portanto, a construção de um modelo de avaliação de impacto pode se tornar uma alavanca transformadora eficaz, permitindo a gestão (quantificando e analisando os resultados obtidos para integrar esses dados em suas tomadas de decisão), a melhoria (estabelecendo medidas de controle e monitoramento sobre os objetivos estabelecidos, através da comparação com resultados passados e concorrência) e, finalmente, a transformação de empresas.

Abordagem

Há um grande número de estruturas que estabelecem abordagens procedimentais para gerenciar e medir os impactos sociais e ambientais das organizações.

Todas estas metodologias têm três sequências fundamentais em comum:

- ▶ Primeiramente, a identificação dos impactos positivos e negativos gerados pela atividade da empresa ou projeto específico a ser analisado.
- ▶ Em segundo lugar, a avaliação qualitativa e/ou quantitativa de cada impacto analisada de forma desagregada.
- ▶ E por último, a agregação do valor mensurado de acordo com a classificação previamente definida, de modo que o impacto gerado pela empresa, ou através do projeto em particular, possa ser comunicado.

A Management Solutions analisou e compilou as melhores práticas para a gestão e mensuração desses impactos, desenvolvendo uma abordagem que observa a questão de forma holística, respondendo às necessidades da empresa, ao mesmo tempo em que considera suas limitações e visa os elementos que mais a preocupam.

1. Abordagem

Os exercícios de mensuração de impacto realizados pelas empresas podem ser diferenciados dependendo se atingem um investimento ou projeto específico⁴⁹, ou se visam avaliar a atividade global da empresa e quantificar o valor monetário representado pelo total dos impactos sociais, ambientais e de boa governança gerados pela organização, além de sua rentabilidade econômico-financeira.

Apesar das particularidades de cada uma dessas duas abordagens, há mensuração comuns na estrutura, modelo metodológico ou ferramentas utilizadas nos exercícios de mensuração de impacto (Fig. 3).

2. Screening

O exercício de mensuração descrito acima começa com a construção de um framework de impactos, que se tornará o mapa de referência e facilitará o desenvolvimento do restante do processo:

- ▶ Definição de impacto: nesta primeira fase, a empresa deve concordar e definir o que entende por impacto social e ambiental (incorpora impactos positivos e negativos que

⁴⁹Este recurso está sendo utilizado atualmente para o desenvolvimento de projetos no âmbito do extraordinário pacote de recuperação do instrumento Next Generation da UE para o período 2021-2027, mencionado acima.

Figura 4. Estruturas Internacionais de Mensuração do Impacto Social (não exaustiva)

Iniciativa	Instituição	Detalhe
 ODS	Nações Unidas	<ul style="list-style-type: none"> Uma estrutura composta por 17 objetivos estabelecidos pela ONU que estabelecem 169 metas para erradicação da pobreza e da desigualdade, promoção do desenvolvimento econômico, melhoria da educação e da saúde e redução dos impactos da mudança climática.
 IMP	Impact Management Project	<ul style="list-style-type: none"> Framework de mensuração para determinação de como o impacto deve ser mensurado, gerenciado e reportado. Classificação composta por 5 dimensões organizadas em 15 categorias de impacto (o quê, quem, quanto, contribuição e risco).
 Teoria da Mudança	Donald Kirkpatrick (Universidade de Wisconsin)	<ul style="list-style-type: none"> Um diagrama que, através de uma lógica causal, apresenta graficamente os objetivos que uma intervenção procura atingir e a forma concreta como pretende atingi-los.
 Social and Human Capital Protocol	Nações Unidas	<ul style="list-style-type: none"> Mapa de decisão, guia e referência para organizações que queiram mensurar e valorizar os impactos relacionados ao capital social e humano. 4 etapas: Objetivo, escopo, mensuração e avaliação.
 EVPA	Associação Europeia de Filantropia de Empresas	<ul style="list-style-type: none"> Guia padronização de gestão e mensuração de impacto. O objetivo deste framework é maximizar e otimizar o impacto social e/ou ambiental das empresas.

Fonte: Elaboração própria

afetam a sociedade e o planeta, incorpora impactos tangíveis e intangíveis, considera apenas os impactos externos gerados pela empresa ou também os impactos internos de certos stakeholders - recursos humanos, acionistas, etc.?). Isto delimita os critérios exatos a serem aplicados no desenvolvimento da análise e condiciona a metodologia.

- ▶ Definição dos eixos de análise: a identificação dos impactos derivados da atividade da organização implica a necessidade de definir uma série de eixos de análise que compõem a estrutura da chamada estrutura de impacto. Estes eixos são determinados pelos elementos de impacto considerados:

- Tipologia material dos impactos (social, econômico, ambiental, etc.).
- Tipologia dos stakeholders impactados (clientes, comunidades locais, administrações públicas, cadeia de abastecimento, etc.).
- Valores corporativos das empresas que, além de sua missão e visão, demonstraram um firme compromisso de estruturar sua estratégia em torno de uma série de princípios que levam em conta o impacto gerado na sociedade e no planeta.

Além disso, esta fase pode tomar como referência o uso de algumas das estruturas sugeridas pelas normas internacionais, tais como a Teoria da Mudança, o Impact Management Project ou os ODSs (Fig. 4).

- ▶ Análise da cadeia de valor: uma empresa pode mensurar o impacto gerado por um projeto ou investimento específico, ou realizar este exercício em geral, para toda a atividade da empresa como um todo. Neste último caso, a empresa deve analisar sua cadeia de valor a fim de identificar quais

processos-chave estão relacionados com os eixos de impacto previamente definidos.

- ▶ Desenvolvimento de narrativas de impacto: O elo entre a definição de impacto, os eixos de análise e a atividade de projeto/ investimento/ cadeia de valor a ser mensurada é desenvolvido com base nas chamadas narrativas do impacto ("impact pathways"). Estas narrativas são descrições detalhadas de como o projeto ou atividade afeta positiva ou negativamente o eixo em consideração. As narrativas nos permitem entender como o impacto é feito, em que prazo é feito (tendo em mente que, por sua própria natureza, muitos dos efeitos identificados ocorrerão a longo prazo), quais os stakeholders são afetados, etc.

Para este fim, os diferentes elementos da cadeia de valor de impacto devem ser considerados:

- ▶ os chamados insumos ou recursos financeiros e não financeiros utilizados por uma organização (p. ex., uso de energia renovável).
- ▶ as atividades ou ações realizadas para alcançar os objetivos (p. ex. construção de infraestrutura que respeite a biodiversidade do ecossistema).
- ▶ os resultados, produtos ou serviços resultantes do desenvolvimento das atividades (p. ex. desenvolvimento de um produto tecnológico que atenda aos critérios de inclusão social das pessoas com deficiência).
- ▶ e resultados, que são as transformações sociais ou ambientais resultantes do acima exposto (p. ex., maior acesso à educação de qualidade para uma determinada população como resultado da criação de novos empregos e da revitalização da economia local) que, em última análise, permitem identificar o impacto gerado pelas atividades ou projetos da organização em questão.

Figura 7: Eixos para a segmentação da carteira de empréstimos de uma instituição financeira de acordo com o impacto (não exaustivo)

EIXO ATIVIDADE	EIXO CLIENTE	EIXO PRODUTO
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Atividades diretamente elegíveis devido à sua orientação social: fabricação de equipamentos e suprimentos médicos, fabricação de veículos para pessoas com deficiências, atividades de P&D+I relacionadas a questões sociais, atividades de agências de recolocação ou de RH. ▶ Por outro lado, o restante das atividades deve ser analisado avaliando uma série de KPIs sociais ad hoc: fabricação de produtos farmacêuticos para fins terapêuticos, construção de moradias populares, atividades de fornecimento de energia ou de telecomunicações destinadas a populações vulneráveis, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Fundações e ONGs. ▶ Empresas de economia social. ▶ Micro-PMEs operando em regiões com menor PIB per capita e/ou maior desemprego ou start-ups. ▶ Empreendedores e start-ups que incorporem P&D+I. ▶ Autônomos que operem em regiões com menor PIB per capita e/ou maior desemprego ou porque sejam menores de 35 anos de idade. ▶ Financiamento exclusivo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Microcréditos. ▶ Financiamento imobiliário para obtenção do primeiro imóvel ou para sua reabilitação para grupos vulneráveis. ▶ Financiamento para a melhoria da acessibilidade de instalações ou moradias para pessoas com mobilidade reduzida. ▶ Financiamento para inquilinos social e economicamente vulneráveis. ▶ Contas de pagamento básicas gratuitas criadas para clientes em situações vulneráveis. ▶ Pagamento antecipado do benefício de desemprego.

Fonte: Elaboração própria

A análise de materialidade (uma ferramenta complementar para ouvir os diferentes stakeholders para identificar e priorizar suas preocupações e sua relevância para o negócio) pode ser utilizada nesta etapa do exercício, e permite estabelecer prioridades em relação às quais os impactos devem ser mensurados e estabelecer objetivos para eles. A estrutura de impacto e a matriz de materialidade devem refletir informações consistentes e coerentes.

O resultado desta primeira fase de screening é uma estrutura de impacto que inclui todas as informações sociais e ambientais, justificadas, priorizadas e classificadas de acordo com a estratégia da empresa.

Deve-se notar que a multiplicidade e heterogeneidade dos possíveis impactos pode complicar significativamente o exercício, portanto será necessário aplicar o critério de proporcionalidade, priorizando os impactos diretos e mais relevantes incluídos na matriz de materialidade.

No caso da atividade bancária, o impacto social gerado está intrinsecamente ligado ao impacto gerado pela atividade financiada. Neste sentido, a mensuração pode ser enriquecida através da definição e implementação prévia de uma taxonomia social⁵⁰ que permite segmentar a carteira e analisar o impacto gerado de forma granular (Fig. 5).

A implementação deste exercício de segmentação baseado na taxonomia social, além de sua utilização na área de mensuração do impacto social da entidade, tem usos em termos de divulgação e transparência, marcação e controle de potenciais emissões sustentáveis ou sociais subjacentes e é a base para o

⁵⁰Deve-se observar que os critérios estabelecidos por esta taxonomia social ainda não podem ser alavancados em nenhuma regulamentação existente (a Plataforma de Finanças Sustentáveis da UE vem trabalhando e publicou em fevereiro de 2022 o relatório final sobre a taxonomia social no qual compila a abordagem metodológica e as atividades, assim como exemplos concretos de sua aplicação, que é apresentado para discussão e, portanto, por enquanto, não pode ser considerado como uma norma regulatória em vigor).

Figure 6. Metodologias mais difundidas para mensurar o impacto social (não exaustivo)

Iniciativa	Instituição	Detalhe
	Harvard University	<ul style="list-style-type: none"> • Tem como objetivo impulsionar a criação de demonstrações contábeis que capturem de forma transparente os impactos externos, refletindo o desempenho financeiro, social e ambiental de uma empresa.
	Social Value International	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia para mensurar e quantificar monetariamente o valor social de uma organização, projeto ou iniciativa. Considera os custos e benefícios sociais, ambientais e econômicos. Baseado no indicador econômico ROI.
	B- Lab	<ul style="list-style-type: none"> • Permite avaliar os impactos através de respostas a um dado questionário e posteriormente comparar os resultados com outras empresas, visando criar planos de melhoria baseados em ferramentas e diretrizes.
	London Benchmarking de Group	<ul style="list-style-type: none"> • Fornece dados sobre as contribuições, realizações e impactos da Ação Social Corporativa. Focado na gestão, mensuração e comunicação das atividades que as empresas realizam com foco social e ambiental.
	New York University	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia que identifica estratégias materiais de sustentabilidade e mudanças nas práticas resultantes destas estratégias para posteriormente quantificar e monetizar os benefícios resultantes.

Fonte: Elaboração própria

estabelecimento de objetivos estratégicos. Sua consideração para fins de impacto social pode variar desde a incorporação de informações enriquecidas sobre segmentos e métricas de impacto das carteiras (sem quantificação econômica do impacto) ou a evolução do modelo para um exercício que permita uma quantificação econômica diferenciada do financiamento de impacto social, levando em conta as características do setor ou do destinatário do financiamento.

3. Assessment

Uma vez identificados e descritos os impactos a serem avaliados, sua quantificação é abordada.

Para isso, a organização deve se concentrar na seleção das melhores ferramentas para articular este exercício:

- ▶ Seleção da metodologia de quantificação
 - Levando em conta que atualmente existem inúmeras metodologias alternativas para mensurar o impacto social e ambiental, a empresa deve analisar qual delas é mais adequada ao tipo específico de impacto que pretende medir, levando também em consideração as informações disponíveis para os cálculos.
 - Algumas das metodologias mais amplamente reconhecidas pelo ecossistema, e cujo uso recorrente favorece a comparabilidade e a padronização dos resultados, são: *Impact Weighted Account Initiative da Universidade de Harvard*, *Social Return on Investment (SROI) do Social Value* ou *London Benchmarking Group (LBG)*, entre outros (Fig. 6).
- ▶ Definição de indicadores: além disso, é realizado um exercício para definir as variáveis, tanto qualitativas quanto quantitativas, que serão tomadas como referência para medir o impacto. Os indicadores, assim como as metodologias, são selecionados de acordo com o tipo de impacto, assim como os dados disponíveis para realizar o exercício de mensuração. Da mesma forma, há uma multiplicidade de indicadores que podem servir como referência para que as organizações selecionem os mais apropriados (indicadores ODS⁵¹, ou métricas do INE⁵², indicadores IRIS+⁵³, etc.) (Fig. 7).
- ▶ Atribuição: no caso de certos impactos, especialmente impactos indiretos, é aconselhável estabelecer critérios para isolar as transformações (outcomes) derivadas da atividade ou projeto na sociedade ou no meio ambiente do que teria ocorrido naturalmente sem sua implementação.

Matriz de materialidade

A análise da materialidade tornou-se um processo utilizado por todos os tipos de empresas para identificar os impactos econômicos, ambientais e sociais que mais preocupam cada um dos diferentes stakeholders e para relacioná-los com suas respectivas estratégias comerciais.

O resultado desta análise é a chamada matriz de materialidade, um mapa que classifica e prioriza cada um desses elementos (por exemplo, diversidade, mudança climática, economia local, acessibilidade dos produtos, etc.) de acordo com a relevância que esses stakeholders (clientes, fornecedores, funcionários, acionistas, etc.) atribuem a cada um deles, e o impacto que eles têm sobre a estratégia e o desempenho comercial das empresas..

As empresas utilizam estas informações como um insumo para reordenar e projetar suas respectivas estratégias e tomar decisões, tornando-se um elo fundamental entre informações financeiras e não financeiras.

Esta análise de materialidade se baseia no desenvolvimento de um processo de diálogo com os diferentes stakeholders e na análise e priorização das informações coletadas:

- Identificação dos stakeholders.
- Definição de uma metodologia de escuta e relacionamento.
- Seleção de ferramentas de comunicação.
- Identificação e análise de questões materiais.
- Priorização e categorização dessas informações.

Exemplo ilustrativo de uma matriz de materialidade

Limiares

A organização deve definir limites (critérios) que identifiquem um aspecto como material.

Estes limiares são fundamentais para a análise, portanto, os limiares e critérios utilizados devem estar claramente definidos.

Uma abordagem qualitativa ou quantitativa pode ser aplicada, com o objetivo de definir o quão significativo é um aspecto em particular.

Haverá aspectos que não são significativos no momento atual, mas que podem se tornar no futuro.

Nível de cobertura

A cobertura refere-se à proeminência, à quantidade de dados e à explicação narrativa divulgada pela organização sobre um aspecto material.

Dependendo da prioridade de certos aspectos, eles serão incluídos nos relatórios com um nível de detalhe diferente. Se forem de alta prioridade regulatória, devem ser relatados em detalhe.

Quando houver aspectos materiais ocorrendo fora da organização, os indicadores serão reportados dependendo da disponibilidade e qualidade dos dados.



⁵¹Nações Unidas (2015).

⁵²INE. Instituto Nacional de Estadística da Espanha (2022).

⁵³The Global Impact Investing Network (2021).

- ▶ Definição de fontes para alimentar os indicadores e a captura de dados: a credibilidade dos dados produzidos pelo modelo depende da força das informações externas, especialmente as utilizadas como fator de conversão para rentabilizar os indicadores de impacto selecionados. Neste sentido, é necessário realizar uma análise das publicações com base em evidências científicas e que geram o maior consenso. Por outro lado, é necessário ter dados internos suficientes em relação ao projeto ou atividade cujo impacto deve ser medido. Deve-se notar que, em algumas ocasiões, a existência de informações não financeiras insuficientes na organização é um obstáculo, portanto é aconselhável estabelecer ações para garantir a disponibilidade e a qualidade dos dados.

4. Reporting

Por último, uma vez realizado o exercício de mensuração através do cálculo do valor econômico dos diferentes impactos, a terceira e última fase do processo será abordada:

- ▶ Agregação do valor monetizado de todos os impactos anteriormente mensurados. Para isso, e respondendo à estrutura predefinida através da estrutura de impacto, soma-se o valor monetizado de todas as variáveis de uma mesma categoria.
- ▶ Estabelecer objetivos: com base nos resultados alcançados, a organização estabelece uma série de objetivos que lhe

permitem mitigar os impactos negativos e aumentar os impactos positivos gerados por sua atividade ou projeto.

- ▶ Monitoramento do impacto: além disso, e como parte da continuidade do exercício, é aconselhável definir um modelo de governança e um processo de monitoramento de resultados que facilite o processo de acompanhamento do impacto e da evolução dos objetivos estabelecidos⁵⁴. Desta forma, é desenvolvido um processo iterativo que permite atualizar a tomada de decisões.
- ▶ Divulgação: a integração do processo de mensuração na tomada de decisões requer um exercício prévio de transparência de todos os elementos utilizados no processo (objetivos, prazos, estruturas, metodologias, fontes, dados, etc.). Desta forma, o exercício pode ser verificado por terceiros como uma garantia da credibilidade do modelo.

Finalmente, uma vez analisada a situação de uma organização do ponto de vista do impacto extrafinanceiro que ela gera, as decisões podem ser tomadas e os resultados podem ser relatados aos diferentes interessados.

⁵⁴Nesta seção, questões operacionais relacionadas à atualização das informações utilizadas (entradas), processos de captura de dados, rastreabilidade, validação da qualidade das informações para alimentar os indicadores definidos, etc., devem ser consideradas.

Figura 9. Normas internacionais sobre indicadores de sustentabilidade (não exaustivos)

Iniciativa	Instituição	Detalhe
 SASB	Sustainability Accounting Standards Board	Indicadores desenvolvidos para oferecer aos investidores e outros participantes do mercado uma representação visual da exposição de sua carteira a riscos e oportunidades de sustentabilidade específicos. A organização propõe 77 padrões diferentes para a gestão da sustentabilidade em uma gama de empresas.
 GRI	Global Reporting Initiative	Indicadores que ajudam a mensurar o impacto social, ambiental e de governança das organizações. Estes indicadores são agrupados por tipo de impacto e, por sua vez, por outros subgrupos. O objetivo é tornar as organizações transparentes através do reporting de informações não financeiras para geração de impacto real.
 Indicadores ODS	Nações Unidas	Juntamente com a lista do framework dos 17 ODS, foram desenhados 232 indicadores que podem ser medidos através dos dados estatísticos ligados a fontes de informação como o INE ou outros.
 IRIS+	Global Impact Investment Network	Catálogo de indicadores de desempenho de referência que orientam e ajudam os investidores a compreender o impacto social, ambiental e financeiro de uma organização.

Fonte: Elaboração própria

Taxonomia Social da União Europeia

Atingir cada uma das metas sociais e ambientais perseguidas pela economia global requer investimentos significativos de capital¹.

A Comissão Europeia está desenvolvendo uma série de taxonomias para definir o conjunto de atividades que podem ser categorizadas como ambiental e socialmente sustentáveis. Esta prática visa harmonizar as definições associadas a estes conceitos, favorecendo a homogeneização dos exercícios de divulgação e, conseqüentemente, facilitando a tomada de decisões para os investidores interessados neste tipo de investimento, que devem assegurar que estas empresas realmente desenvolvam práticas sustentáveis.

Após a publicação da Taxonomia Ambiental em junho de 2020, a Plataforma de Finanças Sustentáveis sob o mandato da Comissão Europeia tem trabalhado no desenvolvimento de uma prova de conceito de uma Taxonomia Social.

O Final Report do Subgrupo de Trabalho 4, publicado em fevereiro de 2022, contém as principais recomendações e características preliminares e provisórias desta Taxonomia Social, que de forma alguma reflete uma posição oficial da própria Comissão Europeia, cujos desenvolvimentos poderiam acabar assumindo objetivos diferentes.

Primeiramente, são apresentadas as principais diferenças entre esta taxonomia social e a taxonomia ambiental:

- ▶ Embora muitas atividades econômicas possam ter impactos prejudiciais ao meio ambiente, de um ponto de vista social, pode-se argumentar que a maioria das atividades econômicas pode ser considerada inerentemente benéfica à sociedade (por exemplo, criação de empregos decentes, pagamento de impostos, produção de bens e serviços, etc.). A taxonomia social deve, portanto, distinguir entre benefícios inerentes e benefícios sociais que podem ser considerados adicionais.
- ▶ Por outro lado, os objetivos e critérios ambientais podem ser baseados em critérios científicos, enquanto a taxonomia social deve se basear em normas internacionais autorizadas, como a Carta Internacional dos Direitos Humanos, entre outras.
- ▶ Por fim, embora a priori possa ser mais difícil desenvolver critérios quantificáveis para uma taxonomia social do que para uma taxonomia ambiental baseada em pesquisa científica que permita atribuir critérios quantitativos às atividades econômicas, a sustentabilidade social está fazendo progressos promissores na quantificação e mensuração dos impactos sociais. O painel de indicadores sociais da UE que representa exemplos e recomendações relevantes para os 20 princípios do

pilar europeu de direitos sociais e contém um conjunto de indicadores de impacto ou o relatório anual de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento são dois bons exemplos.

Os fundamentos sobre os quais a taxonomia social é construída são os seguintes padrões e princípios internacionais: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, a Declaração da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no Trabalho, a Declaração Tripartite sobre Empresas Multinacionais e Política Social da OIT, o Pilar Europeu de Direitos Sociais e o plano de ação associado, a Carta Social Europeia, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, a Convenção Europeia sobre Direitos Humanos, os ODSs, as UNGPs, o Pacto Global da ONU e as Diretrizes da OCDE para empresas multinacionais.

Estes documentos cobrem uma ampla gama de questões sociais que se enquadram no âmbito desta taxonomia social, incluindo: direitos trabalhistas, proteção e inclusão social, não discriminação, direito à saúde, moradia, educação e alimentação, assistência em caso de desemprego ou trabalho autônomo, proteção ao consumidor, sociedades pacíficas e inclusivas, e a luta contra a corrupção e evasão fiscal.

Considerando este ponto de partida, é estabelecida a abordagem acordada para articular os objetivos deste tipo de taxonomia, baseada na identificação das partes interessadas impactadas pelas diferentes atividades econômicas:

- A força de trabalho, incluindo os trabalhadores da cadeia de valor.
- Os usuários finais ou consumidores.
- E as comunidades afetadas, direta ou indiretamente através da cadeia de valor.

Com base nesta alocação de questões materiais e os diferentes stakeholders, são definidos os três objetivos seguintes que devem determinar a taxonomia social:

¹De acordo com as últimas estimativas, para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda de 2030, é necessário um investimento anual entre US\$ 5 trilhões e US\$ 7 trilhões de agora até então..

Relacionamento entre as questões sociais e os stakeholders

Questões sociais	Stakeholders
Direitos trabalhistas e condições de trabalho	Força de trabalho
Proteção e inclusão social	Força de trabalho, comunidades e sociedades
Não-discriminação	Força de trabalho, comunidades e sociedades
Direito à saúde, moradia, educação e alimentação	Usuário final, comunidades e sociedades
Assistência em caso de desemprego ou trabalho autônomo	Força de trabalho
Proteção ao consumidor	Usuário final
Sociedades pacíficas e inclusivas	Comunidades e sociedades
Combate à corrupção e evasão fiscal	Empresas

- ▶ **Trabalho digno, incluindo os trabalhadores da cadeia de valor:** com foco na vida profissional das pessoas e cujos pilares são: criação de empregos, proteção social, direitos no trabalho e diálogo social.
- ▶ **Padrões de vida adequados e bem-estar para os usuários finais:** com foco nas pessoas como consumidores de produtos ou serviços e atividades que atendam suas necessidades e ofereçam cobertura de saúde e segurança. Os subobjetivos se referem a questões como proteção ao consumidor e direitos econômicos e sociais, como moradia ou educação.
- ▶ **Comunidades e sociedades inclusivas e sustentáveis:** este é um objetivo que enfatiza o respeito e o apoio aos direitos humanos com foco na gestão dos impactos negativos e na disponibilização de infraestrutura econômica a determinados grupos de interesse. Alguns dos subobjetivos abordados são direitos à terra, direitos dos povos indígenas, defesa dos direitos humanos e manutenção da acessibilidade e disponibilidade de infraestrutura econômica básica, como acesso à água, eletricidade, etc.

Além disso, e inspirado na estrutura metodológica desenvolvida pela taxonomia ambiental, uma série de elementos estruturais também foram construídos para permitir o desenvolvimento desta taxonomia social:

- ▶ **Desenvolvimento de subobjetivos:** cada um dos três objetivos exigirá desenvolvimento para abordar a priorização dos setores, as diferentes contribuições substantivas e os diferentes critérios "Do Not Significant Harm". Estes subobjetivos devem cobrir todas as questões essenciais de cada objetivo, sem nenhuma sobreposição entre eles. Uma lista não exaustiva de subobjetivos foi desenvolvida para cada um dos 3 objetivos. Por exemplo, para o objetivo do trabalho decente: promover a igualdade e a não discriminação no trabalho, garantir o respeito aos direitos humanos e aos direitos dos trabalhadores, evitando condições de trabalho precárias, etc.
- ▶ **Tipos de contribuições substantiais:** foi desenvolvida uma estrutura que classifica e credita a contribuição substantial gerada por três tipos diferentes de atividades econômicas :

- Aqueles que relatam contribuições substanciais que se concentram em evitar e lidar com os impactos negativos.
- Aqueles que geram benefícios sociais adicionais inerentes à atividade.
- Possibilitando atividades que permitem que outras atividades proporcionem benefícios sociais (ver tabela 1).
- ▶ **Os critérios de "Do Not Significant Harm" (DNSH)** são um conjunto de critérios que garantem que as atividades que contribuem substancialmente para um objetivo social não prejudiquem outros objetivos. Estes critérios, diferentemente dos estabelecidos pela taxonomia ambiental, devem:
 - Ser mais granulares, respondendo ao nível de subobjetivos, pois os critérios de contribuição substancial na taxonomia social serão desenvolvidos e avaliados no nível de subobjetivos.
 - Poder desempenhar um papel importante na elaboração de critérios de contribuição substancial para priorizar setores e/ou atividades em relação a algumas questões sociais e subobjetivos para os quais esta ação pode ser um desafio.
 - Por fim, é fundamental observar que é um desafio construir um caso significativo para uma contribuição substancial para objetivos como "prevenir e combater" o trabalho infantil ou o trabalho forçado. Isto porque estas questões estão geralmente sujeitas a uma tolerância zero por lei e, às vezes, estão sujeitas a proibições de importação e a critérios de exclusão.
- ▶ **As garantias mínimas da taxonomia social:** a UE já reconheceu a importância das principais normas internacionais sobre questões sociais, incluindo-as como garantias mínimas na regulamentação desenvolvida sobre taxonomia ambiental (Artigo 18). Isto foi considerado necessário para criar uma taxonomia focada na sustentabilidade ambiental, para evitar uma situação em que certas atividades sejam categorizadas como ambientalmente sustentáveis, ainda que a instituição que as execute, por outro lado, viole: (i) direitos humanos fundamentais; (ii) direitos dos trabalhadores; ou (iii) princípios de boa governança,

Table 1. Explicação dos tipos de contribuição substancial

Tipo de contribuição substancial	Explicação
Evitar e lidar com o impacto negativo	(i) setores de alto risco com abusos documentados de direitos humanos e trabalhistas relevantes para o objetivo; ou (ii) setores menos propensos a contribuir para os objetivos do pilar social europeu.
Aumentar os impactos positivos inerentes: (i) bens e serviços sociais; e (ii) infraestrutura econômica básica.	Visar os setores de bens e serviços sociais que fornecem: (i) bens e serviços para as necessidades humanas básicas; e (ii) infraestrutura econômica básica de relevância direta para o direito a um padrão de vida adequado. Ao fazer isso, ajuda a progredir em direção aos ODS e aos objetivos do pilar social europeu.
Atividades habilitadoras	Quando as atividades econômicas têm o potencial de reduzir o risco em outros setores, essas atividades também devem ser classificadas como tais (atividades econômicas que, pelo fornecimento de seus produtos ou serviços, permitem uma contribuição substancial para outras atividades).

como medidas antissuborno ou planejamento tributário não agressivo. O artigo 18 não inclui informações sobre sua operação ou aplicação prática e, portanto, foi solicitado que a Plataforma de Finanças Sustentáveis aconselhasse a Comissão a respeito da aplicação do artigo 18.

► **Justificativa da seleção dos setores:** é necessária uma justificativa para priorizar os setores para cada objetivo e sub-objetivo, para o qual foi desenvolvida uma metodologia baseada na utilização do framework de setores e atividades econômicas determinado pelo sistema de classificação industrial da NACE e considerando a seleção dos setores de relevância de acordo com os critérios definidos para determinar a substancialidade das atividades: os setores que evitam impactos negativos, aqueles que aumentam os impactos positivos e os setores habilitadores de tais impactos positivos.

► **Vinculação de contribuição substancial aos despesas de capital (CapEx), despesas operacionais (OpEx) ou faturamento:** a forma de vincular CapEx, OpEx e faturamento às atividades sociais baseia-se na diferenciação entre "redução de impactos negativos" e "aumento dos benefícios sociais inerentes":

- Para atividades que reduzem um impacto negativo, o investimento feito por uma empresa pode ser contabilizado como uma contribuição social. Por exemplo, as despesas de treinamento, como definido na taxonomia social, serão consideradas como um investimento socialmente sustentável refletido no OpEx.
- Se a atividade tiver um impacto social inerente, como a venda de um produto de comércio justo ou de um mineral de uma mina com um certificado social aprovado, o faturamento será contabilizado como socialmente sustentável.

- Finalmente, as atividades de habilitação consistem principalmente em serviços que permitem tratar e evitar os impactos negativos. Aqui é sugerido que a empresa que vende o produto ou serviço que permite à outra empresa abordar e evitar impactos negativos deve contabilizar o faturamento como socialmente sustentável.

A tabela 2 é um exemplo não exaustivo relacionado ao objetivo de trabalho digno e ao sub-objetivo de treinamento:

De acordo com a visão dos membros da Plataforma de Finanças Sustentáveis que têm trabalhado na elaboração deste relatório final de conclusões preliminares, os próximos passos identificados para o desenvolvimento da Taxonomia Social devem ser os seguintes:

1. Esclarecer as garantias mínimas de acordo com a nota de escopo.
2. Conduzir um estudo sobre os impactos de uma taxonomia social considerando diferentes opções e projetos de implementação.
3. Desenvolver uma lógica de priorização de objetivos e subobjetivos.
4. Priorizar os objetivos de acordo com a lógica.
5. Definir critérios de contribuição substancial e critérios DNSH para os primeiros objetivos e setores.

Embora este relatório não seja um documento oficial da Comissão Europeia, nem uma posição oficial da Comissão Europeia, estas recomendações tentativas podem ser consideradas uma prova de conceito da taxonomia social, sobre a qual as instituições europeias podem começar a construir.

Table 2

Justificativa para a seleção de setores			
Seleção de setores		Os códigos NACE de alto impacto poderiam ser selecionados através de: 1) setores com escassez de competências, de acordo com dados da OCDE e da UE; 2) setores negativamente afetados pela transição verde ou digitalização com riscos de demissões e, portanto, com uma necessidade particular de treinar certos grupos de trabalhadores; 3) setores com escassez geral de competências.	
Tipo de contribuição substancial		Reduzindo os impactos negativos sobre os trabalhadores	
Contribuição substancial		A instituição possui extensos programas de treinamento e educação/ atualização/ qualificação contínua para trabalhadores vulneráveis. Há altos níveis de participação dos trabalhadores no desenvolvimento desses programas (OpEx para treinamento).	
Trabalho digno		Padrões de vida e bem-estar adequados para os usuários finais	Comunidades e sociedades inclusivas
DNSH	Os trabalhadores devem ser pagos pelo menos o salário mínimo nacional, quando disponível, ou de acordo com os acordos e convenções coletivas dos parceiros sociais. As normas fundamentais do trabalho da OIT devem ser cumpridas.	N/A	Não-discriminação no treinamento oferecido

Exemplo prático de mensuração de impacto

“Se você não pode medi-lo, não pode administrá-lo.”

- Attributed to Peter Drucker⁵⁵

“É errado supor que se você não pode medir, você não pode administrá-lo - um mito caro.”

- William Edwards Deming⁵⁶



Um exemplo prático é introduzido a fim de ilustrar a metodologia previamente definida.

O exemplo ilustra como uma empresa de energia decide quantificar o impacto da construção de um novo parque eólico com 11 turbinas eólicas SG 132 e uma capacidade instalada de 39 MW.

Screening

Primeiramente, a empresa define o impacto que quer medir como aquelas mudanças tangíveis e intangíveis experimentadas pelas pessoas e pelo planeta que são causadas, direta ou indiretamente, pelo investimento.

Por isso, decidiu criar uma estrutura de impacto baseada na definição de três eixos de impacto horizontal: social, ambiental e econômico.

Para descrever a extensão desses impactos, a empresa analisa as diferentes fases do ciclo de vida do projeto:

- ▶ Fase de construção do parque eólico.
- ▶ Fase de operação e manutenção do parque eólico.
- ▶ Desmantelamento do parque e gestão de materiais e resíduos em fim de vida útil.

Aos eixos verticais são atribuídas narrativas que permitem relacionar o projeto com os eixos horizontais de análise, como apresentado com alguns exemplos abaixo:

- ▶ A estruturação do parque eólico implicou na contratação de pessoal, após a definição de uma política de remuneração adequada às necessidades e características sociais da região.
- ▶ A reintegração social e a coesão estão sendo promovidas através da revitalização econômica da região, trazida pela criação de empregos indiretos e pelo pagamento de impostos.

- ▶ A construção do parque eólico leva a um aumento das emissões de CO₂ para a atmosfera, que certamente são compensadas pelas emissões evitadas durante a fase de operação, por ser uma fonte de energia renovável.
- ▶ Etc.

Uma abordagem executiva para a estrutura desses impactos é apresentada abaixo (tabela 1).

Assessment

A empresa então lança a fase de quantificação do impacto, selecionando e implementando as metodologias mais adequadas para cada tipo de impacto e definindo as variáveis que servirão como indicadores qualitativos ou quantitativos dos diferentes impactos a serem mensurados.

Neste caso, e a partir da estrutura de impactos, a análise e mensuração de quatro impactos positivos e/ou negativos, diretos e/ou indiretos, pertencentes aos diferentes eixos previamente definidos, serão exemplificados (tabela 2).

1. Impacto econômico positivo em termos de contribuição ao PIB

O impacto econômico em termos de PIB é um impacto global que pode ser quantificado em qualquer etapa do projeto. Para desenvolver este cálculo, são utilizadas as premissas do modelo Leontief, um método que analisa as relações existentes entre os diferentes setores de produção e consumo que fazem parte de uma economia, com base nas correlações econômicas entre os resultados de uma indústria e os insumos de outra.

⁵⁵Peter Drucker (1909-2005), autor austríaco-americano e fundador da moderna gestão empresarial.

⁵⁶William Edwards Deming (1900-1993), engenheiro e professor americano na New York University e na Columbia University.

Tabela 1. Exemplo executivo de um framework de impactos do projeto

ATIVIDADE/ PROCESSO	EIXOS DE ANÁLISE			NARRATIVAS DE IMPACTO		
	TIPO DE IMPACTO		GRUPOS DE INTERESSE			
GLOBAL 	 	Direto	 	Recrutamento de novos funcionários sob condições determinadas por uma política de remuneração justa.		
					Indireto	
					Impacto no crescimento do PIB a nível local, regional e nacional.	
CONSTRUÇÃO 	  	Direto		Aumento dos acidentes e lesões ocupacionais como resultado do risco gerado pela presença de máquinas, limpeza, terraplenagem e classificação.		
						As emissões de GEE produzidas durante o processo de fabricação das turbinas eólicas, durante o transporte das turbinas eólicas da fábrica para o parque eólico e durante o processo de construção do parque eólico.
						Piora da qualidade da água devido ao tráfego pesado em áreas não pavimentadas, terraplenagem, escavações, etc., e poluição sonora (enquanto as turbinas eólicas estão gerando).
						Mudanças na geomorfologia devido ao projeto de estradas de acesso às turbinas eólicas e à subestação elétrica, área de armazenamento ou nivelamento do terreno.
						Piora da qualidade da água devido à limpeza, terraplenagem e trânsito de máquinas que produzem poeira, aumentando a quantidade de partículas em suspensão na água.
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO 	 	Direto		Aumento das fontes de energia verdes, acessíveis e de baixo custo (baixo preço no pool) para os consumidores.		
				   	Indireto	
			Aumento da mortalidade de avifauna e morcegos devido a colisões com os moinhos de vento quando as lâminas estão em movimento.			
			Redução das emissões de GEE como consequência da geração de energia verde, favorecendo a descarbonização da atividade energética.			
			Processos de erosão nas áreas limpas e removidas durante o processo de construção devido à preparação do terreno para a construção das turbinas eólicas, acessos às turbinas eólicas e à área de armazenamento.			
			Direto		Emissões de GEE do transporte de componentes do parque eólico para as plantas de reciclagem/gestão de resíduos.	
				Restauração morfológica de todas as áreas afetadas pela presença do parque eólico e que não serão utilizadas no futuro, até que sejam semelhantes ao seu estado pré-operacional.		

 Social
  Econômico
  Ambiental
  Positivo
  Negativo

 Trabalhadores
  Sociedade
  Estado
  Planeta
  Cliente



O impacto econômico total gerado durante todo o ciclo de vida do projeto (fase de construção do parque eólico, fase de operação e manutenção do parque eólico, desativação do parque eólico, materiais em fim de vida e gerenciamento de resíduos) é determinado pela soma dos impactos diretos, indiretos e induzidos em termos de PIB, conforme apresentado abaixo:

- ▶ O impacto direto é calculado através da abordagem de renda⁵⁷, com base na soma da produção como valor agregado bruto (a renda gerada pela empresa), mais o valor da criação direta de empregos (medido como a soma da remuneração paga ao emprego gerado ao longo do projeto)⁵⁸, juntamente com a contribuição fiscal (medido como o valor dos impostos cobrados diretamente sobre a atividade econômica em questão).

De acordo com os últimos dados publicados pela Associação Espanhola de Energia Eólica⁵⁹, o setor de energia eólica representou 0,3% do PIB espanhol em 2020, contribuindo com 1.778,5 milhões de euros para o PIB direto e 1.327,9 milhões de euros para o PIB indireto.

Neste caso específico, e com base em um valor médio do impacto econômico direto gerado em termos de PIB, estima-se gerar cerca de 20 milhões de euros por ano, 9,5 milhões, dos quais cerca de 9,5 milhões de euros provêm do emprego direto gerado.

- ▶ O impacto indireto corresponde à produção e emprego gerados nos setores que se beneficiam indiretamente da distribuição dos investimentos (CAPEX) e despesas (OPEX) do projeto em questão, que têm repercussões em outros setores, tais como construção, fabricantes de equipamentos e componentes, transporte, reparo e instalação de máquinas e equipamentos, entre outros.

Este impacto indireto em termos de PIB é calculado a partir da matriz inversa de Leontief, que, por sua vez, é alimentada pelas tabelas de entradas-saídas publicadas pelos respectivos institutos nacionais de estatística⁶⁰ ou por organizações internacionais como a OCDE⁶¹. Desta matriz, pode-se extrair o valor da soma dos impactos de produção dos setores em questão, de acordo com a repartição média das despesas, representada principalmente por compras de fornecedores, e a repartição média dos investimentos (ativos fixos tangíveis e intangíveis).

No caso deste projeto em particular, estima-se que a empresa gera cerca de 15 milhões de euros por ano em termos de PIB indireto.

- ▶ O impacto induzido corresponde à produção e ao emprego gerado pelo consumo de bens e serviços pelos funcionários – tanto funcionários da empresa, quanto funcionários da cadeia de fornecimento.

Estes custos de pessoal devem ser ponderados pela propensão marginal ao consumo (PMC), uma razão matemática teórica, que indica até que ponto a parte da renda que é aumentada é destinada ao consumo ou à economia. Este aumento é geralmente tomado como a

⁵⁷ Estudo Macroeconômico do impacto do setor de energia eólica na Espanha. Associação Empresarial de Energia Eólica

⁵⁸ Caso se queira avaliar o impacto social gerado pela qualidade salarial dos funcionários contratados como variável de impacto independente, como apresentado abaixo neste exemplo, o valor da criação direta de empregos deve ser subtraído deste impacto direto em termos de PIB, a fim de evitar a dupla contagem, dos quais cerca de 9,5 milhões de euros provêm do emprego direto gerado.

⁵⁹ ESA (2020).

⁶⁰ No caso da Espanha, ver as informações publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística da Espanha.

⁶¹ Estas tabelas atualizadas são publicadas em períodos de 5/6 anos.

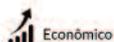
⁶² Como relação econômica, o PMC está entre 0 e 1.

Tabela 2. Exemplos de narrativas de impacto a serem avaliadas

ATIVIDADE/ PROCESSO	EIXOS DE ANÁLISE			NARRATIVAS DE IMPACTO	METODOLOGIA DE CÁLCULO APLICADA
	TIPO DE IMPACTO		GRUPOS DE INTERESSE		
GLOBAL 	 	Indireto	 Sociedade	Impacto no PIB a nível local, regional e nacional.	Matrizes input-output (modelo Leontief).
		Direto	 Trabalhadores	Recrutamento de novos funcionários sob condições determinadas por uma política de remuneração justa.	Impact-Weighted Account Initiative (Harvard Business School).
CONSTRUÇÃO 	 	Direto	 Ambiente	Emissões de GEE produzidas durante o processo de fabricação de turbinas eólicas.	GHG Protocol / Impact-Weighted Account Initiative.
OPERAÇÃO MANUTENÇÃO 	 	Indireto	 Ambiente	Redução das emissões de CO2 como resultado da geração de energia verde, favorecendo a descarbonização da atividade energética.	Impact-Weighted Account Initiative (Harvard Business School).



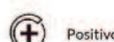
Social



Econômico



Ambiental



Positivo



Negativo



Trabalhadores



Sociedade



Estado



Planeta



Cliente

unidade⁶². Neste caso, e usando a OCDE como fonte, esta relação é calculada com base em informações macroeconômicas sobre os gastos totais e o dinheiro disponível para as famílias, para determinar um PMC para a Espanha de aproximadamente 65%.

Por sua vez, o gasto total com remuneração tanto da cadeia de abastecimento (estimado a partir do gasto com compras de fornecedores ponderado por uma porcentagem atribuída aos salários) quanto o gasto com salários próprios são somados e multiplicados por esta propensão marginal ao consumo, gerando impactos induzidos em termos de PIB de cerca de 4 milhões de euros por ano.

2. Impacto social positivo e direto através da geração de empregos de qualidade

A fase de construção do parque eólico envolveu a contratação de 220 trabalhadores. Neste caso, e com estas informações básicas, foi decidido mensurar o impacto social que está sendo gerado pela promoção de emprego de qualidade, aplicando a metodologia Impact-Weighted Account Initiative da Harvard Business School, levando em conta que ela permite quantificar o valor econômico deste impacto a partir da avaliação dos salários.

Como pode ser visto na tabela 3, o cálculo do valor econômico do impacto gerado pela criação de empregos é determinado, por um lado, pela quantidade de salários dos trabalhadores a serem contratados para a construção de tal fábrica e, por outro lado, por um indicador da qualidade dos salários:

- ▶ Salário Total Não Ajustado: baseia-se no cálculo da soma total dos salários pagos a todos os trabalhadores contratados para o desenvolvimento do novo parque eólico

(distribuídos por salários médios classificados de acordo com as 3 faixas salariais que a empresa administra neste caso).

- ▶ Salário Ajustado (Digno): além do salário mínimo interprofissional estabelecido pelos regulamentos de cada país, a metodologia IWAI desenvolvida pela Universidade de Harvard visa valorizar o pagamento do salário digno ajustado às necessidades econômicas de cada região. Para este fim, ferramentas de fontes externas como a calculadora do MIT⁶³ ou a proposta da Living Wage Foundation do Reino Unido⁶⁴ são usadas como referência. Neste caso, o valor econômico total (mais de 9 milhões de euros para a criação de 220 empregos a preço/salário de mercado) é ajustado para baixo, descontando a soma de todos os salários abaixo do nível de salário vivo que foi definido. Conceitualmente, esta penalidade é estabelecida pela metodologia IWAI, com o objetivo de incentivar as empresas a pagarem melhores salários que ofereçam uma melhor qualidade de vida a seus trabalhadores. Neste caso, a penalidade é de cerca de 380.000 euros, o que representa uma redução de aproximadamente 4% do valor inicial total.
- ▶ Salário Ajustado (Mínimo): por último, e com o objetivo, neste caso, de promover o esforço feito pelas empresas para aumentar os salários mais baixos, é adicionado o valor correspondente ao salário total que está entre o salário mínimo interprofissional da região em que atuam e o salário vivo definido. Este é um ajuste ascendente, que, neste caso, está avaliado em cerca de 295.000 euros.

⁶³Living Wage Calculator MIT (2022).

⁶⁴Living Wage Foundation (2022).



Tabela 3. Desenvolvimento metodológico do cálculo do impacto da qualidade salarial da construção de parques eólicos de acordo com a metodologia Impact-Weighted Account Initiative (IWA) da Harvard Business School

Impacto no emprego (qualidade salarial)			
Conceitos	Dados	Formulação/racional	Impacto (euros)
(1) Salário Total Não Ajustado		(1.1) + (1.2) + (1.3)	9.561.204,00 €
1.1. Equipe gerencial		(1.1.1) * (1.1.2)	475.444,00 €
1.1.1. Equipe gerencial	4 funcionários		
1.1.2. Salário médio	118.861 €		
1.2. Níveis intermediários		(1.2.1) * (1.2.2)	4.906.176,00 €
Número de funcionários	88 funcionários		
1.2.2. Salário médio	55.752 €		
1.3. Profissionais de ofício		(1.3.1) * (1.3.2)	4.179.584,00 €
Número de funcionários	128 funcionários		
1.3.2. Average salary	30.653 €		
(2) Salário Digno Anualizado	20.632 €	Calculadora MIT de referência (https://livingwage.mit.edu/)	
(3) Penalização por "Salário Digno"		Somatório dos salários "abaixo do salário digno".	382.448,16 €
(4) Penalização por "Salário Digno"		(1) - (3)	9.178.755,84 €
(5) Salário Mínimo Anualizado		SMI de acordo com os regulamentos locais (Estatísticas da OCDE, Salários Mínimos Reais)	13.510,00 €
(6) Remuneração por "Salário Mínimo".		Soma dos salários "entre o salário digno e o SMI".	+294.983,61 €
(7) Salário Ajustado (Mínimo)		(4) + (6)	9.473.739,45 €
(8) Salário Ajustado (Mínimo)			9.473.739,45 €

Diante do exposto, e após analisar o valor econômico do impacto social gerado pela criação de 220 empregos medidos em termos de qualidade salarial de acordo com a metodologia IWA, pode-se concluir que esta empresa está gerando um impacto positivo avaliado em 9,47 milhões de euros ao longo do exercício financeiro⁶⁵.

Em certos casos, a destruição de empregos dedicados às linhas de negócios substituídas por este parque eólico, caso isso ocorresse, teria que ser considerada como um possível impacto social negativo. Ou, se a própria empresa decidir adotar uma estratégia de treinamento para a reciclagem de seus trabalhadores, o valor econômico desta decisão poderia ser analisado medindo o valor agregado do retorno econômico de um investimento em treinamento, medido como o valor social deste aprendizado.

3. Impacto social do produto

Como indicado pela própria metodologia de Harvard (Impact Weighted Accounts), é essencial mensurar o impacto social gerado através do produto. Este exercício pode ser desenvolvido com base na avaliação de diferentes variáveis. Uma delas pode ser o impacto gerado em termos do escopo do serviço. Qual é a participação de mercado e o número de clientes aos quais são oferecidos um serviço que satisfaz uma necessidade relevante como, neste caso, o fornecimento de energia. Outra opção é mensurar o valor gerado pelo fornecimento de um produto a um segmento de clientes mal atendidos que vivem, por exemplo, em áreas rurais ou em países em desenvolvimento, mensurando o impacto que ele pode ter sobre eles em termos de

⁶⁵O cálculo é feito para um período de 1 exercício financeiro, levando em conta que o valor econômico da qualidade salarial é determinado pelo valor total da folha de pagamento paga em um ano.

melhoria da qualidade de vida (por exemplo, aumento na economia de renda per capita, cobertura de perdas devido a cortes no fornecimento, etc.). Por outro lado, vale a pena notar como a introdução de fontes de geração renováveis leva a uma redução final no preço da energia. Se esta redução de preço for repassada aos consumidores finais privados e industriais, pode melhorar seu poder de compra. Este efeito é particularmente relevante no contexto atual de preços historicamente altos no mercado atacadista. Este projeto, em particular, fornecerá energia a preços entre 28 e 34 euros/MWh, em comparação com os preços médios do mercado atacadista⁶⁶.

De acordo com dados da Associação Espanhola de Energia Eólica⁶⁷, a geração de energia eólica em 2020 foi de benefício significativo para os consumidores espanhóis, especialmente os consumidores industriais. A nível nacional, e ainda segundo estimativas da AEE, em 2020 o vento gerou uma economia total para os consumidores de 1.292 milhões de euros para 27.446 MW instalados. Portanto, a contribuição deste projeto de instalação de 39 MW permitiria estimar um impacto adicional, reduzindo o preço da energia e economizando mais de 1,7 milhões de euros por ano.

Além disso, e embora não abordadas em detalhes neste exemplo, outras variáveis de impacto social devem ser avaliadas, tais como o valor da saúde e segurança no local de trabalho medido em termos do impacto gerado pela cobertura do prejuízo evitado devido a lesões e doenças através de seguros, o valor do treinamento medido em termos de retorno à sociedade ou o valor social do voluntariado corporativo no qual os funcionários participam.

4. Impacto ambiental negativo direto do transporte das turbinas eólicas da fábrica para o parque eólico

A fase de construção é responsável pelo maior volume de impactos ambientais negativos em comparação com as outras fases do projeto.

Neste caso, será analisado o valor do impacto gerado pelas emissões de GEE associadas à fabricação de turbinas eólicas, que de acordo com o GHG Protocol, pertencem ao *escopo 3*. Para seu cálculo, será aplicada a metodologia IWAI (*Impact Weighted Account Initiative*) desenvolvida pela Universidade de Harvard⁶⁸.

O fabricante das turbinas eólicas do parque eólico indica em seu "Relatório sobre emissões de gases de efeito estufa" que para cada MW de capacidade instalada, 3,17 toneladas de CO₂ equivalentes⁶⁹ foram emitidas para a atmosfera. Com base nestes dados primários, estima-se que as emissões associadas à fabricação de todas as turbinas eólicas tenham sido de aproximadamente 123,63 t CO₂ e.

O total de toneladas emitidas como resultado da produção de turbinas eólicas deve ser avaliado em termos de impacto. Para este fim, é utilizado o valor do impacto global das externalidades, tanto sociais quanto ambientais, ligado à emissão de uma tonelada de CO₂. De acordo com a Agência de

Proteção Ambiental (EPA), este custo social é de 34,23 euros por tonelada de CO₂ emitida.

Isto significa que a fabricação destas turbinas eólicas tem um impacto negativo avaliado em -4.231,85 euros.

5. O impacto ambiental positivo e indireto da redução das emissões de CO₂

Neste caso, o comissionamento deste parque eólico permitirá a produção de energia 100% renovável gerada a partir de fontes inesgotáveis, o que evitará a emissão anual de cerca de 55.000 toneladas de CO₂ de acordo com os estudos técnicos que foram realizados.

O total das emissões de GEE evitadas devido à descarbonização do processo de produção de energia deve ser avaliado como um impacto, portanto o valor total do impacto das externalidades de 34,23 euros por tonelada de CO₂ emitida é utilizado como no ponto anterior.

Portanto, pode-se concluir que o desenvolvimento deste projeto tem um impacto positivo avaliado em 1.882.650 euros, gerado a partir do total de emissões evitadas de acordo com a metodologia do IWAI.

Do ponto de vista ambiental, a empresa também deve avaliar os demais impactos ambientais diretos e indiretos relacionados à construção da usina, sua operação e manutenção e, por fim, seu descomissionamento. Para este fim, devem ser feitas estimativas das toneladas emitidas por estas atividades, ponderadas pelo custo social acima mencionado.

Além disso, e embora não sejam objeto de análise detalhada neste exemplo ilustrativo, outras variáveis ambientais também podem ser avaliadas, como o impacto total da reciclagem da água através da avaliação do custo de produção e entrega, bem como o relacionado ao custo do tratamento de águas residuais, o impacto líquido gerado pelo custo da geração de resíduos e o valor de sua reciclagem, o impacto na biodiversidade da geografia em questão devido à destruição ou perturbação do habitat, entre outros.

Reporting

Finalmente, todos os impactos previamente quantificados são agregados em suas categorias correspondentes, de acordo com a estrutura definida na primeira fase:

⁶⁶Os preços dos últimos meses não foram calculados como média, a fim de evitar o viés que resultaria de considerar os atuais altos preços de mercado.

⁶⁷AEE (2021).

⁶⁸Impact-Weighted Accounts Harvard Business School (2022).

⁶⁹Siemens-Gamesa (2020).

- ▶ Variável impacto econômico sobre o PIB direta, indireta e induzida (+30.000.000 euros) está incluído na categoria associada ao impacto econômico.
- ▶ Variável qualidade salarial (+9.473.739 euros), agregada na categoria de impacto social.
- ▶ Impacto social variável através do produto acessível (+1.696.000 euros) em termos de aumento da economia na renda per capita dos consumidores a partir do ano 2, uma vez que a fábrica esteja operacional e prestando serviço, considerada na categoria de impacto social.
- ▶ Variável emissões de CO2 (scope 1, 2 e 3) onde os -4.231,85 euros de emissões associadas à fabricação das turbinas eólicas estão incluídas juntamente com o restante das emissões diretas e indiretas do projeto correspondentes ao ano 1. Está incluída na categoria de impacto ambiental.
- ▶ Variável emissões evitadas da cadeia de valor (+1.882.650 euros no ano 2, e 2.862.000 euros no ano 26) agregada na categoria de impacto ambiental.

A tabela 4 mostra o resultado dos anos 1 e 2 do projeto, bem como uma projeção ao longo dos anos da vida útil da usina eólica para apreciar o aumento do valor cumulativo do impacto ambiental resultante do aumento do custo social do CO2 evitado através da produção de energia limpa.

O ano 1 mostra o resultado associado às atividades relacionadas com a construção do parque eólico, portanto o valor associado às emissões evitadas é zero.

Em contraste, o ano 2 mostra o exercício associado à fase de operação e manutenção do parque eólico. Esta é a razão pela qual o valor associado aos impactos ambientais negativos é muito maior no ano 1, com um valor positivo no ano 2. Da mesma forma, 220 pessoas são empregadas durante a fase de construção do parque eólico e 10 durante a fase de operação e manutenção, o que implica um menor valor do impacto social devido à remuneração sustentável, entre outras variáveis. No caso do impacto econômico gerado neste ano 2, ele é reduzido pela diminuição do número de pessoas contratadas diretamente, embora certamente seja compensado pela geração de benefícios com o comissionamento da fábrica.

O valor econômico total agregado dos impactos gerados pela atividade da empresa constitui a chamada ESG-P&L, como um indicador do valor extra-financeiro gerado e que complementa o P&L financeiro do ano.

Além disso, deve ser definido um modelo de governança que permita o monitoramento e a atualização nos prazos estabelecidos.

Tabela 4. ESG-P&L

(Em milhares de euros)	Ano 1	Ano 2...26
Resultado extra-financeiro do período (ESG-P&L)	40.314	30.940 €...31.919 €
1. Impacto econômico	30.783 €	26.869 €
Impacto direto no PIB ¹	10.942 €	17.650 €
Impacto indireto no PIB	15.064 €	8.980 €
Impacto induzido no PIB	4.776 €	239 €
2. Impacto social	9.598 €	2.190 €
Saúde e segurança no trabalho	-75 €	-4 €
Remuneração sustentável	9.474 €	431 €
Retorno sobre o treinamento (externo e interno)	108 €	16 €
Produto sustentável	- €	1.696 €
Voluntariado corporativo	91 €	52 €
3. Impacto ambiental	-67 €	1.881 € (year 2)...2.860 € (year 26)
Emissões de CO2 (Escopo 1, 2 e 3)	-4 €	-1 €
Emissões evitadas ²	-	1.883 € (year 2)...2.862 € (year 26)
Consumo de água	-4 €	-0 €
Consumo de água	-7 €	-0 €
Biodiversidade	-52 €	-1 €

¹ Como pode ser visto no item emissões evitadas, esta projeção (ano 2 - ano 26) pretende mostrar o aumento do valor cumulativo do impacto ambiental positivo, como consequência do aumento do custo social do CO2 ao longo da vida útil de uma usina eólica com estas características.

² Como mencionado acima, a "dupla contagem" é evitada subtraindo do impacto direto sobre o PIB o valor salarial do emprego direto gerado, que já é contabilizado pela variável "remuneração sustentável".

³ O custo social do carbono aumentará 152% de acordo com as projeções estimadas pela EPA para os próximos 25 anos, o que levará a um aumento cumulativo do impacto ambiental das emissões evitadas, considerando a vida útil de uma instalação eólica com estas características (25 anos). Portanto, o valor do impacto ambiental do primeiro ano em que a planta está em operação é de 1.882.650,00 euros, e o valor cumulativo considerando a projeção do custo social do carbono evitado (2023-2047) é de 59.525.462,60 euros.

Análise do grau de avanço das práticas padrão do mercado

“Para prosperar com o tempo, toda empresa deve não apenas fornecer desempenho financeiro, mas também mostrar como ela faz uma contribuição positiva para a sociedade”.

– Laurence D. Fink⁷⁰



Escopo e estrutura da análise

Atualmente, estão começando a ser identificados exemplos de boas práticas em empresas de diferentes áreas geográficas e setores que, conscientes da importância de desenvolver uma atividade econômica sustentável, estão definindo e implementando modelos de avaliação que permitem quantificar objetivamente o valor real do impacto gerado.

Neste sentido, o objetivo desta seção é ilustrar alguns exemplos de boas práticas que já foram efetivamente implementadas em algumas empresas.

A análise foi estendida a mais de 60 empresas de diferentes geografias e setores com um alto compromisso com a sustentabilidade. Este compromisso foi inferido através de classificações em diferentes padrões que medem a sustentabilidade das práticas empresariais (por exemplo, Dow Jones Sustainability Index, MSCI, B-Corporation Certification) e em associações ou iniciativas multissetoriais como a Value Balancing Alliance ou o Impact Institute.

Deste grupo, menos de 20%⁷² está atualmente divulgando a mensuração do impacto social, e destas empresas são identificados os seguintes exemplos de melhores práticas:

Aspectos gerais

Maturidade no exercício: a maioria das empresas analisadas começou a desenvolver estes exercícios muito recentemente. Nos casos mais avançados da amostra, as avaliações de impacto estão em vigor desde 2015-2016. Além disso, com algumas exceções, estas são práticas pontuais que ainda não estão sendo implementadas de forma recorrente a cada ano⁷³.

Tipo de reporting: a amostra analisada mostra o uso de diferentes alternativas quanto ao tipo de relatório para relatar os resultados dos exercícios de mensuração, incluindo a geração e disseminação de relatórios de impacto

independentes, o desenvolvimento de seções ad hoc integradas nas declarações de informação não financeira e a inclusão de referências nos relatórios anuais.

Neste caso, os exemplos mais robustos de mensuração (em termos de completude, profundidade, processo e abordagem metodológica desenvolvida) coincidem com relatórios feitos em relatórios independentes, publicados juntamente com o resto das informações gerenciais da empresa. Além disso, a maioria das empresas analisadas optam por este formato de relatório, que é chamado Relatório de Impacto, Relatório de Valor Social, Integrated Profit and Loss Statement, Impact Report, 4-dimensional P&L ou ESG Report.

Abordagem e objetivos de mensuração: sete das dez empresas analisadas optaram pelo desenvolvimento de exercícios que cobrem toda a atividade da empresa. As outras duas opções observadas são a mensuração do impacto gerado por uma linha de negócios, segmento ou divisão particularmente representativa da atividade⁷⁵, ou a mensuração de projetos que não fazem parte diretamente da atividade da empresa, mas nos quais a organização investiu capital com clara intenção de gerar impacto, vinculando-o à natureza de seu negócio⁷⁶.

⁷⁰Abordagem e objetivos de mensuração: sete das dez empresas analisadas optaram pelo desenvolvimento de exercícios que cobrem toda a atividade da empresa.

⁷¹As empresas analisadas pertencem aos setores bancário, automotivo, energético, alimentício, de produtos domésticos e pessoais, materiais de construção, químico, farmacêutico e biotecnológico, telecomunicações, varejo, construção, serviços profissionais, tecnologia, transporte, etc. cujas empresas-mãe operam principalmente na Europa.

⁷²Esta relação é composta pelas seguintes empresas: Telefónica, Grifols, LafargeHolcim, PSA, Ferrovia, ABN Amro, Alliander, AkzoNobel, Novartis, Bureau Veritas e Acciona.

⁷³Da amostra de empresas que divulgam informações de impacto, os pioneiros começaram a realizar esses exercícios em 2015, como a AkzoNobel, que publicou um relatório em 2015 (não há informações sobre os anos seguintes), A Alliander, ou a Novartis, que vem trabalhando qualitativamente na "Avaliação de Impacto" desde o mesmo ano. A LafargeHolcim, por sua vez, começou em 2016.

⁷⁴Cerca de 60% das empresas da amostra que atualmente relatam informações sobre a mensuração do impacto social relatam todo o exercício em um relatório separado.

⁷⁵Mensuração do impacto gerado por uma divisão que representa 80% do faturamento da empresa em questão, ou de um segmento de negócios em geografias específicas.

⁷⁶Por exemplo, Ferrovia do desenvolvimento de um projeto de infra-estrutura de água e saneamento nos países em desenvolvimento.



Estrutura

Relação entre estratégia corporativa e impacto: Todas as empresas analisadas realizam algum tipo de estudo de materialidade, o que lhes permite priorizar as questões mais relevantes tanto para o negócio como para os diferentes stakeholders. Entretanto, o exercício de materialidade não é aplicado, com algumas exceções, de forma integrada com a avaliação do impacto social, mas é realizado em paralelo e relatado nos respectivos relatórios anuais. Os casos que apresentam um exercício integrado⁷⁷ utilizam a matriz de materialidade como um input para construir a estrutura da estrutura de mensuração do impacto (por exemplo, utilizando os stakeholders identificados ou elementos materiais como eixos de análise).

Por outro lado, apenas algumas das empresas⁷⁸ analisaram a relação entre a estratégia corporativa (especificamente seus valores e princípios) e os objetivos de impacto perseguidos, refletindo a coerência entre os dois, constituindo assim um primeiro passo para integrar a mensuração do impacto social na gestão.

Áreas de impacto analisadas: embora a tipologia dos eixos de análise utilizados por cada empresa varie ligeiramente⁷⁹, em essência a amostra total de empresas analisadas mostra que as três áreas propostas pelo Triple Bottom Line⁸⁰ de J. Elkington (econômica, social e ambiental) são os três elementos materiais tratados por todas elas.

Definição de narrativas de impacto: neste caso, observa-se que o desenvolvimento de narrativas de impacto é utilizado em alguns casos como meio de justificar o exercício de mensuração (por exemplo, descrevendo em detalhes a relação entre a atividade da entidade e cada uma de suas linhas de negócios, com cada um dos stakeholders e os tópicos de criação de valor identificados⁸¹). Esta boa prática é explicitamente desenvolvida por apenas 30% da amostra analisada⁸².

Utilização de normas internacionais como referência: todas as empresas analisadas utilizam algumas das normas internacionais de referência. Os mais comuns são os objetivos e metas ODSs das Nações Unidas como a estrutura internacional por excelência⁸³, as estruturas do Projeto de Gestão de Impacto (com a classificação do que é impacto, quanto tempo dura o efeito desse impacto, os stakeholders, o problema da contribuição e os fatores de risco) e o Protocolo de Capital Social e Humano⁸⁴, ou a estrutura do framework internacional Integrated Reporting (IR) e seus seis capitais (humano, social e relacional, natural, financeiro, industrial, intelectual) do IIRC⁸⁵.

⁷⁷Telefónica, Grifols, Grupo PSA, ABN Amro e Novartis.

⁷⁸50% de todas as empresas analisadas realizam esta prática, alinhando a estratégia corporativa com os objetivos dos ODSs (ex. Telefónica), estendendo os objetivos do plano de Responsabilidade Social Corporativa ao restante da empresa (ex. Grupo PSA ou Novartis), considerando os Value Creating Topics como parte da estratégia e ligando-os aos pilares da empresa (ex. ABN Amro), etc..

⁷⁹Este é dois exemplos diferentes de categorias utilizadas por duas empresas internacionais: : 4 capitais: produtivo, social, humano e natural ; e, por outro lado, 4 eixos: fornecedores, socioeconômico, financeiro e ambiental

⁸⁰Elkington J. (1998).

⁸¹Relatório de Impacto ABN Amro (2020).

⁸²Destacam-se os desenvolvimentos realizados por ABN Amro, Telefónica e LafargeHolcim.

⁸³Destacam-se os desenvolvimentos realizados por ABN Amro, Telefónica e LafargeHolcim.

⁸⁴Telefónica ou AkzoNobel, utilizando a estrutura do Projeto de Gestão de Impacto.

Mensuração e monitoramento

Uso de metodologias de mensuração e publicação de cálculos: Muitas das empresas analisadas utilizam metodologias de mercado, incluindo a SROI⁸⁶ para mensuração do impacto do projeto, a metodologia input-output para medir impactos socioeconômicos (por exemplo, geração de empregos ou desenvolvimento da atividade econômica com base no crescimento do PIB), a metodologia True Price⁸⁷ ou a Integrated Profit & Loss Assessment Methodology⁸⁸.

Neste caso, as boas práticas se referem à transparência na comunicação dos cálculos desenvolvidos, assim como as fontes e dados utilizados..

Agregação e monitoramento dos resultados: por último, identificamos se existem ou não métodos ou ferramentas que permitam agregar os resultados destes exercícios, facilitando o acompanhamento e monitoramento da evolução dos resultados alcançados e dos objetivos de impacto definidos pelas organizações.

A geração de um ESG P&L como método de agregação do impacto medido é considerada uma boa prática, pois permite que o impacto gerado seja objetivado através de uma avaliação monetizada, facilitando seu monitoramento, controle e relatórios unificados⁸⁹.

Até agora, poucas empresas começaram a reportar seus resultados de quantificação, e as que o fazem só começaram recentemente (nos últimos 5-6 anos). Ainda não é, com algumas exceções, uma prática que está sendo implementada de forma recorrente a cada ano.

As práticas desenvolvidas e os resultados apresentam elementos comuns tanto em termos de formato (tipologia de relatórios, abordagem e objetivos, etc.) quanto de conteúdo (utilização de normas internacionais para a definição da estrutura, aplicação de metodologias de mensuração de impacto para o desenvolvimento dos cálculos, etc.).

Por outro lado, não há grandes diferenças entre os exercícios realizados por organizações em diferentes indústrias e geografias, exceto no que diz respeito à necessária adaptação setorial.

⁸⁵O Grupo PSA, por exemplo, utiliza a estrutura internacional de 6 capitais definida pelo Integrated Reporting.

⁸⁶Ferrovial e Grifols implementaram o uso da metodologia SROI para mensurar o impacto social de seus projetos.

⁸⁷Na Holanda, destaca-se a influência da metodologia do True Price (agora Impact Institute), que ajudou, entre outros, Alliander ou AkzoNobel.

⁸⁸Implementado pelo ABN Amro.

⁸⁹Somente algumas das empresas analisadas cujos exercícios de mensuração se destacam por sua completude e robustez (Telefónica, Akzo Nobel, LafargeHolcim, ABN Amro e Alliander) calculam a ESG-P&L. Um exemplo notável é o da AkzoNobel, que realiza uma avaliação quantitativa que resulta em métricas monetárias. O exercício de mensuração e monetização segue quatro fases: mensuração das saídas ou resultados por tipo de capital, estimativa das consequências dessas saídas, estimativa dos impactos dessas consequências, monetização do impacto.



Conclusões

“A responsabilidade social corporativa é medida em termos de negócios que melhoram as condições para seus funcionários, acionistas, comunidades e meio ambiente. Mas a responsabilidade moral vai além, refletindo a necessidade de as empresas abordarem questões éticas fundamentais, tais como inclusão, dignidade e igualdade.”

- Klaus Schwab⁹⁰



O desenvolvimento destes exercícios de mensuração de impacto social e ambiental ainda é uma prática incipiente em organizações de diferentes setores e geografias, apesar da orientação particular de suas estratégias em direção à sustentabilidade, bem como do interesse específico que estão demonstrando desde o lançamento das primeiras iniciativas a este respeito.

Como consequência da maturidade geralmente ainda limitada dos exercícios, há muito espaço para desenvolvimento e melhoria, através deles:

- (i) Um aumento no escopo de mensuração (por exemplo, incluindo o maior número possível de linhas de negócios de cada empresa).
- (ii) Melhorar e aprofundar cálculos, fontes e dados (por exemplo, calculando com base nas metodologias mais reconhecidas no ecossistema de impacto, recorrendo a fontes externas oficiais e gerando informações não-financeiras suficientes).

(iii) Uma homogeneização de práticas (por exemplo desenvolvimento da mesma tipologia de relatórios - relatórios de impacto independentes).

(iv) O uso de matrizes de materialidade e padrões internacionais para a construção de eixos de análise e estruturas de mensuração.

(v) Um compromisso para alcançar uma integração de gestão eficaz como resultado.

Por fim, os desenvolvimentos regulatórios de alguns dos mais importantes legisladores internacionais (por exemplo União Europeia), e as declarações e solicitações dos investidores mais relevantes (por exemplo a BlackRock), estão impulsionando o crescente apetite pelo desenvolvimento de práticas de gerenciamento e mensuração do impacto social no ecossistema empresarial.

Bibliografía

ABN Amro (2020). Impact Report

Acciona (2020). Social Impact Management (SIM)
<https://www.acciona.com/>

Acuerdo de París (2015). <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>

AkzoNobel (2017). Impact Valuation

Alliander (2016). Integrated Profit and Loss Account

Antonio Guterres (2021). Observaciones del Secretario General a los Estados miembros sobre las prioridades para 2021 de las Naciones Unidas

Asobancaria. Guía General de Implementación ARAS
<https://www.asobancaria.com>

Asociación de Banco de México (2020).
<https://abm.org.mx/banca-sostenible/taxonomia.html>

Asociación Empresarial Eólica (2020). Estudio Macroeconómico del Impacto del Sector Eólico en España. Datos 2019.
<https://aeolica.org/en/>

Asociación Empresarial Eólica (2021). Anuario eólico 2021. La voz del sector. <https://www.aeolica.org/anuario/2021/>

Banco Central Europeo (2020). Guide on climate-related and environmental Risks <https://www.bankingsupervision.europa.eu>

Banco Mundial (2017). The World Bank. Environmental and social framework.
<https://documents1.worldbank.org/curated/en//pdf/The-World-Bank-Environmental-and-Social-Framework.pdf>

BlackRock (2022). <https://www.blackrock.com/>

B-Lab (2022). B-Corp certification
<https://www.bcorporation.net/en-us/>

Bureau Veritas (2020). Non Financial Statement

Capitals Coalition (2022). Social and Human Capital Protocol
<https://capitalscoalition.org/>

Carbon Pricing Leadership Coalition (2021).
<https://www.carbonpricingleadership.org/who>

Cátedra de Impacto Social de ICADE (2021). Principios ESG y cadena de valor. Del reporting al impacto social
https://www.comillas.edu/documentos/catedras/impactosocial/cat-edra_social_principios_esg.pdf

Cátedra de Impacto Social de ICADE (2021). Propuestas para la medición y gestión del impacto social
<https://www.comillas.edu/documentos/catedras/impactosocial/pro-puestas-para-la-medicion-y-gestion-del-impacto-social.pdf>

CDP (2022). <https://www.cdp.net/en>

CDSB (2021). <https://www.cdsb.net/>

Comisión Europea (2014). Directiva sobre Divulgación de información no financiera (NFRD) <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN>

Comisión Europea (2015). <https://ec.europa.eu/social/>

Comisión Europea (2018).
<https://www.greenfinanceplatform.org/policies-and-regulations/european-commissions-action-plan-financing-sustainable-growth>

Comisión Europea (2020). EU taxonomy for sustainable activities
https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/banking-and-finance/sustainable-finance/eu-taxonomy-sustainable-activities_en

Comisión Europea (2020). European Green Deal
https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en

Comisión Europea (2021). European Climate Law
https://ec.europa.eu/clima/eu-action/european-green-deal/european-climate-law_en

Comisión Europea (2022). Propuesta de Directiva sobre la Diligencia Debida Corporativa en materia de Sostenibilidad
<https://ec.europa.eu/info/sites/.pdf>

Congreso de los Diputados España (2021).
<https://www.congreso.es>

Donald Kirkpatrick (1924). Training evaluation model. University of Wisconsin

Elkington J. (1998). Triple Bottom Line

European Venture Philanthropy Association (2022).
<https://evpa.eu.com/>

Ferrovial (2020). Integrated Annual Report

Freeman R. E. (1984). Teoría de los stakeholders

George Serafeim (2021). Profesor de Business Administration en la Universidad de Harvard. Impact Weighted Account Initiative

Gobierno Chile (2019). Consulta sobre la modificación reporte de responsabilidad social y desarrollo sostenible
<https://www.cmfchile.cl/>

Gobierno Chile (2019). Ley Marco. <https://mma.gob.cl/wp-content/uploads/2019/07/Presentacion-Ley-Marco-CC.pdf>;

Gobierno Nueva Zelanda (2019). Climate Change Response (Zero Carbon) <https://environment.govt.nz/>

- Gobierno UK (2008).** Ley Climática <https://www.legislation.gov.uk/>
- Gobierno UK (2020).** Propuesta de ley <https://www.fca.org.uk/>
- Global Reporting Initiative (2021).** GRI and B Lab team up on impact management. <https://www.globalreporting.org/about-gri/news-center/gri-and-b-lab-team-up-on-impact-management/>
- Global Reporting Initiative (2022).** <https://www.globalreporting.org/>
- Greenhouse Gas Protocol. (2022).** <http://ghgprotocol.org/about-us>
- Grifols (2020).** Informe anual integrado
- Harvard Business School (2022).** Impact-Weighted Accounts <https://www.hbs.edu/impact-weighted-accounts/>
- ICMA (2020).** Sustainable finance: Compendium of international policy initiatives & best market practice. <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/ICMA-Sustainable-finance-Compendium-of-international-policy-initiatives-best-market-practice-February-2020-200220.pdf>
- IFRS Foundation (2020).** <https://www.ifrs.org/>
- Impact Management Project (2020).** Statement of Intent to Work Together Towards Comprehensive Corporate Reporting
- Impact Management Project (2021).** Glosario <https://impactmanagementproject.com/glossary/>
- Impact Institute (2022).** Integrated Profit & Loss Assessment Methodology <https://www.impactinstitute.com/>
- Instituto Nacional de Estadística Español (2021).** <https://www.ine.es/dyngs/ODS/es/index.htm>
- Integrated Reporting.** <https://www.integratedreporting.org/>
- International Accountabiliy Standard Board (2001).** <https://www.ifrs.org/groups/international-accounting-standards-board/>
- Janine Guillot (2020).** CEO de Sustainability Accounting Standards Board (SASB).
- Klaus Schwab (2013).** Founder and President of the World Economic Forum
- LafargeHolcim (2019).** Integrated Profit and Loss Statement
- Larry Fink (2020).** Blackrock <https://www.blackrock.com/cl/larry-fink-ceo-letter>
- Living Wage Foundation UK (2022).** <https://www.livingwage.org.uk/>
- London Benchmarking Group (1994).** LBG methodology <https://www.lbg.es>
- Massachusetts Institute of Technology (2022).** Living wage calculator <https://livingwage.mit.edu/>
- Madrid Futuro (2022).** <https://madridfuturo.com/en/>
- Management Solutions (2020).** La gestión de riesgos asociados al cambio climático. <https://www.managementsolutions.com/es/publicaciones-y-eventos/informes-sectoriales/white-papers/la-gestion-de-riesgos-asociados-al-cambio-climatico>
- Management Solutions (2020).** European Commission (EC). (2021). Proposal for a Corporate Sustainability Reporting Directive. <https://www.managementsolutions.com/sites/default/files/publicaciones/eng/20210604-csrd.pdf>
- Michael Porter (2006).** Cita del profesor de la Harvard Business School a raíz de la publicación de su artículo Creating Shared Value
- Ministerio de la Transición Ecológica Francés (2021).** Propuesta de ley climática https://assets-decodeurs.lemonde.fr/redacweb/pdl_climatetresilience/climat.pdf
- MSCI (2022).** <https://www.msci.com/>
- Naciones Unidas (2015).** <https://www.un.org/>
- New York University (2021).** Return On Sustainability Investment <https://www.stern.nyu.edu/~rosi>
- Novartis (2020).** ESG Report
- Naciones Unidas (2015).** Pacto Mundial de Desarrollo Sostenible y Responsabilidad Social <https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/our-work/social>
- OECD (2015).** <https://www.oecd.org/social/>
- Platform on Sustainable Finance (2022).** Final Report by Subgroup 4: Social Taxonomy https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/280222-sustainable-finance-platform-finance-report-social-taxonomy.pdf
- Peter Drucker (1909-2005).** Autor austríaco-americano, creador del modelo de gestión empresarial moderno
- PSA (2019).** CSR Report
- Siemens-Gamesa (2021).** Greenhouse Gas Emissions Report FY2020 <https://www.siemensgamesa.com/es-es/-/media/siemensgamesa/downloads/en/sustainability/siemens-gamesa-ghg-report-2020-en.pdf>
- S&P Global (1999).** Dow Jones Sustainability World Index <https://www.spglobal.com/spdji/en/indices/esg/dow-jones-sustainability-world-index/#overview>
- Social Value International (2009).** The guide to SROI
- Sustainability Accountign Standards Board (2021).** IIRC and SASB announce intent to merge in major step towards simplifying the corporate reporting system. <https://www.sasb.org/wp-content/uploads/2020/12/IIRC-SASB-Press-Release-Web-Final.pdf>
- Sustainability Accountign Standards Board (2022).** <https://www.sasb.org/>
- Telefónica (2020).** Informe de Impacto
- The GIIN (2021).** IRIS+ <https://iris.thegiin.org/metrics/>
- True Price (2012).** <https://trueprice.org/>
- United States Environmental Protection Agency (2022).** <https://www.epa.gov/>
- Ursula Von der Leyen (2021).** Presidenta de la Comisión Europea en el discurso sobre el Estado de la Unión de 2021
- Value Balancing Alliance (2022).** <https://www.value-balancing.com/>
- Value Reporting Foundation (2020).** Promoting Clarity and Compatibility in the Sustainability Landscape <https://www.sasb.org/blog/gri-and-sasb-announce-collaboration-sustainability-reporting/>
- William Edwards Deming (1900-1993).** Ingeniero y profesor de la New York Univeristy y de la Universidad de Columbia
- World Economic Forum (2020).** Global Risk Report; Manifiesto del World Economic Forum en Davos
- World Economic Forum (2021).** <https://es.weforum.org/reports/the-global-risks-report-2021>

Glossário

Acordo de Paris: um acordo alcançado nas Nações Unidas que estabelece um novo rumo no esforço global contra a mudança climática, pelo qual as nações estabelecem metas concretas e ambiciosas, através de contribuições em nível nacional, a serem revistas periodicamente. Até hoje, 187 dos 195 signatários ratificaram o acordo. Os signatários do acordo se comprometem a "manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais, e a prosseguir os esforços para limitar este aumento de temperatura a 1,5°C".

Carbon Disclosure Project (CDP): uma organização sem fins lucrativos que atualmente administra o maior sistema global de divulgação de impactos ambientais do mundo e um dos bancos de dados mais abrangentes do mundo sobre o assunto. O objetivo é promover a transição para uma economia mais sustentável, ajudando investidores, empresas, cidades e regiões a medir e compreender o impacto de suas operações sobre a mudança climática.

Fundos Next Generation: Os Fundos Next Generation da União Europeia são um mecanismo de financiamento cujo objetivo principal é ajudar os Estados Membros a se recuperarem, revitalizar a economia, concentrando-se na transição verde e na digitalização, apoiar o investimento privado e melhorar a resiliência da União Europeia a crises futuras. Para isso, o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) visa assegurar que os fundos sejam rapidamente direcionados para os países e setores mais afetados pela crise através de planos nacionais de recuperação e resiliência.

GRI: Global Reporting Initiative é uma organização internacional independente de padrões que ajuda empresas, governos e outras organizações a compreender e comunicar seus impactos sobre questões como mudança climática, direitos humanos e corrupção através do desenvolvimento de uma lista de indicadores que facilitam este reporting não financeiro.

Impact Management Project: é um framework de medição de impacto social que permite determinar como o impacto deve ser medido, gerenciado e reportado. Ela apresenta uma classificação composta de 5 dimensões organizadas em 15 categorias de impacto (o quê, quem, quanto, contribuição e risco).

Impact Weighted Accounts Initiative (IWAI): Uma metodologia de medição de impacto social desenvolvida pela

Universidade de Harvard que visa promover a criação de demonstrações contábeis que capturam com transparência os impactos externos, refletindo o desempenho financeiro, social e ambiental de uma empresa.

ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável): 17 objetivos principais e 169 metas a serem alcançadas nos próximos 15 anos por todos os membros das Nações Unidas, conforme acordado na Cúpula das Nações Unidas realizada em setembro de 2015 em Nova York. As ODS são um chamado à ação para acabar com a pobreza e a desigualdade, promover o desenvolvimento econômico e melhorar a educação e a saúde globalmente, ao mesmo tempo em que, como explicitamente declarado na meta número 13, combate a mudança climática.

Socialwashing: a apresentação de informações enganosas sobre a sustentabilidade (ambiental ou social) das atividades e produtos de uma empresa ou organização, geralmente retratando como sustentável o que não pode ser definido como tal sob critérios oficiais ou científicos.

Teoria da mudança: Esta é uma estrutura para o desenvolvimento de exercícios de medição do impacto social. É um esquema que, através de uma lógica causal, apresenta graficamente os objetivos que uma intervenção busca atingir e a forma concreta como pretende atingi-los.

Teoria dos Stakeholders: de acordo com Freeman (1984), a Teoria dos Stakeholders considera que as organizações são formadas por um conjunto de atores (acionistas, trabalhadores, investidores, fornecedores, etc.), que ela chama de stakeholders, e para quem (todos eles) a empresa deve gerar valor e impacto positivo através de sua atividade econômica. De acordo com esta visão da atividade econômica, a missão das empresas deve ser orientada para a satisfação dos interesses desses stakeholders.

Triple Bottom Line: é um esquema conceitual definido por J. Elkinton (1998), também conhecido como a "Conta de Resultado Triplo", que permite enquadrar o conjunto de porquês de desempenho e orientação que deveriam ser comuns às empresas, apresentando o valor que elas desenvolvem nos níveis econômico, social e ambiental.

Siglas e abreviações

AEE: Asociación Empresarial Eólica

CAPEX: Capital Expenditure

CEO: Chief Executive Officer

CDP: Carbon Disclosure Project

CDSB: Climate Disclosure Standards Board

EPA: Environmental Protection Agency

ESG: Environment, Social and Governance

ESG-P&L: Environmental, Social & Governance Profit & Loss

EVPA: European Venture Philantropy Association

GECEs: : Grupo de Especialistas em Empreendedorismo Social da Comissão Europeia

GEI: Gases de Efecto Invernadero

GHG: Greenhouse Gas

GRI: Global Reporting Initiative

IASB: International Accountability Standard Board

P+D+i: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

IFRS: International Financial Reporting Standards

IIRC: International Integrated Reporting Council

IR: Integrated Reporting

INE: Instituto Nacional de Estadística de España

IRIS+: Impact Report and Investment Standards

IWAI: Impact Weighted Accounts Initiative

KPI: Key Performance Indicator

LBG: London Benchmarking Group

MIT: Massachusetts Institute of Technology

MSCI: Morgan Stanley Capital International

MW: Megavatio

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODSs: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OPEX: Operating Expenses

PIB: Produto Interior Bruto

PMC: Propensión Marginal al Consumo

P&L: Lucros e perdas

PSA: Peugeot Société Anonyme

ROI: Return On Investment

ROSI: Return On Sustainability Investment

SASB: Sustainability Accounting Standards Board

SROI: Social Return On Investment

UE: União Europeia

VPO: Vivienda de Protección Oficial



Nosso objetivo é superar as expectativas dos nossos clientes sendo parceiros de confiança

A Management Solutions é uma empresa internacional de serviços de consultoria com foco em assessoria de negócios, riscos, organização e processos, tanto sobre seus componentes funcionais como na implementação de tecnologias relacionadas.

Com uma equipe multidisciplinar (funcionais, matemáticos, técnicos, etc.) de mais de 2.800 profissionais, a Management Solutions desenvolve suas atividades em 33 escritórios (16 na Europa, 16 nas Américas e um na Ásia).

Para atender às necessidades de seus clientes, a Management Solutions estruturou suas práticas por setores (Instituições Financeiras, Energia e Telecomunicações) e por linha de negócio (FCRC, RBC, NT), reunindo uma ampla gama de competências de Estratégia, Gestão Comercial e Marketing, Gerenciamento e Controle de Riscos, Informação Gerencial e Financeira, Transformação: Organização e Processos, e Novas Tecnologias.

A área de P&D presta serviço aos profissionais da Management Solutions e a seus clientes em aspectos quantitativos necessários para realizar os projetos com rigor e excelência, através da aplicação das melhores práticas e da prospecção contínua das últimas tendências em *data science*, *machine learning*, *modelagem* e *big data*.

Soledad Díaz-Noriega

Sócia
soledad.diaz-noriega@msspain.com

Juan Luis Martín Ferrera

Sócio
juan.luis.martin.ferrera@managementsolutions.com

José María Elola Oca

Experienced Senior
jose.maria.elola.oca@msspain.com

Management Solutions, serviços profissionais de consultoria

A Management Solutions é uma firma internacional de serviços de consultoria focada na assessoria de negócio, riscos, finanças, organização e processos

Para mais informações acesse: **www.managementsolutions.com**

Nos siga em: 

© **Management Solutions. 2022**

Todos os direitos reservados.

www.managementsolutions.com

Madrid Barcelona Bilbao La Coruña London Frankfurt Düsseldorf Paris Amsterdam Copenhagen Oslo Warszawa Zürich Milano Roma Lisboa Beijing New York
Boston Pittsburgh Atlanta Birmingham Houston SJ de Puerto Rico San José Ciudad de México Medellín Bogotá Quito São Paulo Lima Santiago de Chile Buenos Aires